

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA
SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA CHEMICAL TRUST S.A.**

Pelo presente instrumento particular, (1.) **CHEMICAL TRUST S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 500, Bloco 13, Gr. 206/Parte, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.391.520/0001-60, neste ato representada, na forma de seu estatuto social (o “Estatuto Social”), doravante simplesmente denominada “Emissora”, e como agente fiduciário, nomeado nesta escritura de emissão, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, (2.) **PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 3.333 - Salas 307-309, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante simplesmente denominado “Agente Fiduciário”, e, como interveniente, (3.) **BANCO ITAÚ S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista nº 176, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04, neste representado na forma do seu estatuto social, doravante simplesmente denominado “Banco” ou “Banco Itaú S.A.”, vêm por esta e em regular forma de direito celebrar o presente “Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures da Chemical Trust S.A.” (a “Escritura de Emissão”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO

A Escritura de Emissão é celebrada com base (i) na deliberação da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2000, cuja ata foi levada a arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA (“JUCERJA”), e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal “Monitor Mercantil”, e (ii) na autorização do parágrafo 5º do artigo 5º do Estatuto Social da Emissora.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS REGISTROS

2.1. A emissão de debêntures objeto desta Escritura de Emissão (a “Emissão”) será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM (a “CVM”), na forma das Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com suas alterações posteriores, e nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com suas alterações posteriores (a “Lei nº 6404/76”), e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.2. A presente Escritura de Emissão será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei nº 6404/76.

Cada Suplemento (conforme definido na alínea “c” do item III da Cláusula Quinta desta Escritura de Emissão) deverá ser averbado à margem do registro desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DA EMISSÃO

Observado o disposto no item 17.1. desta Escritura de Emissão, os recursos obtidos pela Emissora com a colocação das Séries (conforme definido no item III da Cláusula Quinta desta Escritura de Emissão) das debêntures objeto da Emissão (em conjunto, as “Debêntures” e, individualmente, a “Debênture”) serão utilizados única e exclusivamente no pagamento do Preço de Aquisição (conforme definido no inciso II da Cláusula Sexta do “Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças” a ser celebrado entre a Emissora e as Cedentes, com a interveniência do Banco, cujos termos o Agente Fiduciário neste ato declara conhecer (o “Contrato de Cessão”) dos Direitos Creditórios Elegíveis (conforme definido no inciso V da Cláusula Terceira do Contrato de Cessão), adquiridos da (i) Trikem S.A., (ii) da Companhia Química do Recôncavo - CQR, (iii) da OPP Petroquímica S.A., (iv) da OPP Polietilenos S.A. e (v) da OPP Polímeros Avançados S.A. (individualmente, a “Cedente” e, em conjunto, as “Cedentes”), representados por Duplicatas (conforme definido no inciso I da Cláusula Primeira do Contrato de Cessão) sacadas por meio eletrônico, via borderô, contra os Clientes das Cedentes (“Clientes” também definido no inciso I da Cláusula Primeira do Contrato de Cessão) em razão de operações de compra e venda mercantil de produtos por estas comercializados, juntamente com todos e quaisquer direitos e prerrogativas, principais ou acessórios, assegurados aos titulares das Duplicatas, exceto quanto às garantias outorgadas pelos Clientes às Cedentes.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO CONDICIONADO

4.1. As Debêntures desta Emissão são da espécie subordinada, não sendo, de qualquer forma, garantidas pelas Cedentes e/ou pelo Banco.

4.2. Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, as Debêntures serão pagas pela Emissora única e exclusivamente com os recursos (i) oriundos do pagamento dos Direitos Creditórios; (ii) da alienação dos bens, créditos e/ou direitos na hipótese de adoção dos procedimentos a que se referem as alíneas “g” e “i” do item XIII da Cláusula Quinta abaixo; e/ou (iii) havidos nos termos do “Contrato de Promessa Recíproca de Compra e Venda de Debêntures Simples da Primeira Emissão da Chemical Trust S.A.”, a ser celebrado entre as Cedentes e a Emissora (o “Contrato de Promessa de Compra e Venda de DPL” e, as debêntures da primeira emissão da Emissora, as “DPLs”).

4.3. Observado o disposto (i) nesta Cláusula Quarta, (ii) no item XIII da Cláusula Quinta e (iii) na Cláusula Dezessete desta Escritura de Emissão, a obrigação da Emissora de pagar os valores devidos aos titulares das Debêntures em circulação (os “Debenturistas”) nos termos desta Escritura de Emissão está condicionada ao recebimento pela Emissora dos recursos (i) oriundos do pagamento dos Direitos

Creditórios; (ii) da alienação dos bens, créditos e/ou direitos na hipótese de adoção dos procedimentos a que se referem as alíneas “g” e “i” do item XIII da Cláusula Quinta abaixo e/ou (iii) havidos nos termos do Contrato de Promessa de Compra e Venda de DPL.

4.4. Caso a Emissora não disponha, nas datas referidas na alínea “b” do item XI e no item VII da Cláusula Quinta e na Cláusula Doze ambas desta Escritura de Emissão, de recursos financeiros suficientes ao pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme definido no item XI da Cláusula Quinta abaixo) e/ou do valor nominal não amortizado de cada Debênture ou na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização (conforme definido no item XX da Cláusula Quinta abaixo), todas as Debêntures em circulação na época ficarão sujeitas aos procedimentos a que se refere o item XIII da Cláusula Quinta abaixo.

4.5. Após o recebimento dos recursos (i) oriundos dos pagamentos dos Direitos Creditórios; (ii) da alienação dos bens, créditos e/ou direitos de titularidade da Emissora e/ou (iii) decorrentes da aquisição, pelas Cedentes, das DPL, nos termos do Contrato de Promessa de Compra e Venda de DPL, e, conforme o caso, depois de esgotados todos os meios legais cabíveis para a cobrança judicial ou extrajudicial dos créditos e direitos de titularidade da Emissora, a Emissora não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar o pagamento de eventuais saldos ainda devidos aos Debenturistas, observado o disposto na alínea “i” do item XIII da Cláusula Quinta abaixo.

4.6. As Cedentes e/ou o Banco não são responsáveis, em nenhuma hipótese, pelo pagamento dos Direitos Creditórios e/ou pela solvência dos Clientes e/ou da Emissora. O Banco não é responsável, em nenhuma hipótese, pela solvência da Emissora e/ou das Cedentes ou pela existência, na forma do item 4.2. supra, de recursos suficientes para o pagamento das Debêntures, sem prejuízo das responsabilidades e deveres assumidos pelo Banco no “Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Ativos, Custódia Física de Documentos e Outros Pactos”, a ser celebrado entre a Emissora e o Banco, com a interveniência das Cedentes (o “Contrato de Prestação de Serviços”) e no “Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração e de Banco Mandatário” a ser celebrado entre a Emissora e o Banco (o “Contrato de Banco Mandatário”).

4.7. Conforme disposto na Cláusula Dezoito desta Escritura de Emissão, com exceção dos valores a serem entregues pelas Cedentes à Emissora, nos termos do inciso I da Cláusula Quatorze do Contrato de Cessão, a título de adiantamento para pagamento de despesas que porventura venham a ser incorridas pela Emissora com medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial das Duplicatas e dos demais créditos devidos à Emissora (doravante o “Adiantamento de Despesas de Cobrança”), os custos e despesas com tais procedimentos que vierem a exceder o valor do Adiantamento de Despesas de Cobrança serão de inteira responsabilidade da Emissora, não estando as Cedentes, de qualquer forma,

obrigadas pelo adiantamento ou pagamento à Emissora dos valores excedentes ao Adiantamento de Despesas de Cobrança. As Cedentes não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que a Emissora venha a iniciar em face das Cedentes, os quais deverão ser custeados pelos Debenturistas, observado o disposto no item 18.2. da Cláusula Dezoito desta Escritura de Emissão.

4.7.1. O disposto neste item não se aplica ao pagamento de custas e despesas judiciais e verbas de sucumbência que as Cedentes porventura venham a ser condenadas a pagar em eventuais processos judiciais movidos pela Emissora visando o recebimento de eventuais créditos a esta devidos pelas Cedentes.

4.8. Caso o valor do Adiantamento de Despesas de Cobrança não seja suficiente para cobrir as despesas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas da Emissora e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial das Duplicatas e dos demais créditos de titularidade da Emissora, esta, observado o disposto no § 2º do artigo 18 do Estatuto Social, utilizará todos os recursos, até o limite dos seus ativos, para proceder à referida cobrança.

4.8.1. As despesas adicionais relacionadas com tais procedimentos deverão ser previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em assembléia, e, após, por eles adiantadas à Emissora, na proporção de seus créditos, na data da respectiva aprovação. A Emissora reembolsará os valores adiantados pelos Debenturistas por meio dos procedimentos referidos no item XIII da Cláusula Quinta e observado o disposto na Cláusula Dezessete, ambas desta Escritura de Emissão.

4.8.2. Fica, desde já, estabelecido que, após esgotados os ativos da Emissora e observada a manutenção da boa ordem legal, administrativa e operacional da Emissora, nenhuma medida judicial e/ou extrajudicial será por esta iniciada ou mantida antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere este item e (ii) da assunção, pelos Debenturistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que a Emissora venha a ser condenada, não cabendo aos administradores da Emissora qualquer responsabilidade por eventuais prejuízos sofridos pela Emissora e por seus acionistas e/ou pelos Debenturistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pela Emissora, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas caso os Debenturistas não aportem os recursos suficientes para tanto.

4.9. Desde que estejam (e se mantenham) em dia com o cumprimento de todos os seus deveres e obrigações assumidos nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Promessa de Compra e Venda de DPL, as Cedentes somente serão responsáveis pelo pagamento dos custos, despesas e demais encargos necessários à

manutenção da boa ordem legal, administrativa e operacional da Emissora incorridos em (i) em até 180 (cento e oitenta) dias após a Data de Vencimento ou as Datas de Repactuação (conforme definidos no item VII da Cláusula Quinta abaixo e na Cláusula Doze desta Escritura de Emissão), prorrogáveis automaticamente até a liquidação e extinção da Emissora, desde que os administradores desta tenham adotado as medidas necessárias para esse fim no prazo de 60 (sessenta) dias após a Data de Vencimento ou após as Datas de Repactuação ou (ii) em até 270 (duzentos e setenta dias) da data da constituição do Fundo de Amortização, prorrogáveis automaticamente até a liquidação e extinção da Cessionária, desde que o Evento de Amortização que tenha levado à constituição do Fundo de Amortização (conforme definido no item XIII da Cláusula Quinta abaixo) tenha sido causado por qualquer das Cedentes sem prejuízo do pagamento daquelas que, incorridas no período a que se refere este item 4.9., venham a ser exigíveis após o decurso do mesmo.

4.10. Na hipótese de inadimplemento por qualquer das Cedentes de qualquer de seus deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Cessão, no Contrato de Promessa de Compra e Venda de DPL ou no Contrato de Penhor, as Cedentes serão responsáveis, nos termos do inciso I da Cláusula Quatorze do Contrato de Cessão, pelo pagamento dos custos, despesas e demais encargos necessários à manutenção da boa ordem legal, administrativa e operacional da Emissora incorridos até o término do processo de liquidação da Emissora, perante todos os órgãos competentes.

4.11. De acordo com o previsto nas alíneas “g” e “i” do item XIII da Cláusula Quinta desta Escritura de Emissão, a Emissora poderá efetuar o pagamento, no todo ou em parte, dos valores devidos aos Debenturistas mediante dação em pagamento (operada de pleno direito e sem direito de regresso contra a Emissora e na proporção dos seus créditos) (i) das Duplicatas e (ii) dos demais bens, direitos e/ou créditos de titularidade da Emissora, ainda que objeto de cobrança judicial já iniciada pela Emissora.

4.12. Após a liquidação das Debêntures pela dação em pagamento acima referida, os Debenturistas poderão, a seu critério, constituir a Emissora sua bastante procuradora para fins de cobrança (i) dos Direitos Creditórios representados pelas Duplicatas e (ii) dos demais bens, direitos e/ou créditos por aqueles recebidos em pagamento das Debêntures, desde que os Debenturistas entreguem à Emissora, com base em orçamento por esta apresentado, os recursos financeiros necessários para a cobrança e se obriguem solidariamente perante a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, pelo pagamento dos custos, despesas e encargos necessários à boa ordem legal, administrativa e operacional da Emissora a partir da data da formalização das transferências referidas nas alíneas “g” e “i” do item XIII da Cláusula Quinta abaixo e até a liquidação e extinção da Emissora, acrescidas de todos os valores a que se refere o item 18.4. da Cláusula Dezoito desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES DAS DEBÊNTURES

As Debêntures terão as seguintes características e condições:

I. Quantidade e Valor Nominal

A Emissão será de até 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) Debêntures, com valor nominal unitário, na Data de Emissão (conforme definido no item VI abaixo) ou na Data de Emissão de Série (conforme definido no subitem (ii) da alínea “b” do item III desta Cláusula Quinta), de R\$ 1.000,00 (um mil reais), observado o disposto na alínea “I” do item XIII e no item XXIII desta Cláusula.

II. Valor da Emissão

O valor da Emissão será de até R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais) na Data de Emissão.

III. Séries

a) A Emissão terá número indeterminado de séries (as “Séries” ou, individualmente, a “Série”), sendo a 1ª (primeira) Série no valor de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), dividida em 180.000 (cento e oitenta mil) Debêntures (a “Primeira Série”). As demais Séries serão emitidas (individualmente, a “Emissão de Série”) nos valores que vierem a ser fixados pelo Conselho de Administração da Emissora, observados os requisitos estabelecidos abaixo.

b) A colocação pública de cada Série, observado o disposto no item VIII desta Cláusula, será efetuada após a concessão do registro de distribuição da respectiva Série pela CVM, observado que:

- (i) a Emissão de Série é condicionada à colocação da Série anterior ou ao cancelamento do respectivo saldo não colocado;
- (ii) haverá, necessariamente, um intervalo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias entre uma data de emissão de série (a “Data de Emissão de Série”) e outra, exceto no caso do intervalo entre a Data de Emissão e a data de emissão da segunda Série, que será de, no mínimo, 270 (duzentos e setenta) dias;
- (iii) a Data de Emissão de Série deverá, necessariamente, coincidir com uma data de início de um Subperíodo de Capitalização (conforme definido no item XI abaixo), sendo vedada a Emissão

de Série a partir da data de início, inclusive, do Período de Capitalização (conforme definido no item XI abaixo) imediatamente anterior a uma Data de Repactuação;

- (iv) o primeiro Período de Capitalização de cada Série terminará na primeira data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente após a Data de Emissão de Série. A partir do segundo Período de Capitalização, inclusive, as Debêntures de todas as Séries em circulação terão Períodos de Capitalização idênticos, observado o disposto nas alíneas “a” e “b” e no número (ii) da alínea “c” do item XI desta Cláusula;
- (v) todas as Séries terão vencimento na Data de Vencimento, ou seja, em 1º de junho de 2020;
- (vi) as Séries poderão ter Datas de Repactuação coincidentes ou distintas, desde que, nesta última hipótese, (A) haja um intervalo de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias (1) entre duas Datas de Repactuação e (2) entre uma Data de Repactuação e a Data de Vencimento e (B) a Data de Repactuação de qualquer Série ocorra, no mínimo, 12 (doze) meses após a respectiva Data de Emissão de Série;
- (vii) o valor nominal não amortizado da totalidade das Séries de Debêntures em circulação não poderá, em qualquer hipótese, ser superior a R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais);
- (viii) observado o disposto neste item III, exceto no que se refere ao acréscimo sobre a Taxa ANBID, apurado na forma do item XII desta Cláusula, as Séries de Debêntures desta Emissão conferirão aos respectivos Debenturistas os mesmos direitos, privilégios e vantagens, sendo expressamente vedada a Emissão de Série que confira aos seus titulares direitos, privilégios e vantagens distintos, exceto se os mesmos direitos, privilégios e vantagens forem estendidos aos Debenturistas de todas as Séries de Debêntures em circulação; e
- (ix) o valor de cada Emissão de Série deverá ser, no máximo, de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

c) A Data de Emissão ou a Data de Emissão de Série, conforme o caso, o valor da Série respectivo, a Data de Repactuação da Série e o “S” (conforme definido no item XII desta Cláusula Quinta) deverão constar do suplemento a esta Escritura de Emissão (o “Suplemento”), preparado substancialmente na forma do Anexo I à presente.

IV. Tipo e Forma

As Debêntures serão do tipo simples, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, e não conversíveis em ações da Emissora. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Itaú S.A. ou pelo “Relatório de Posição de Ativos” expedido pelo Sistema Nacional de Debêntures - SND (o “SND”).

V. Espécie

As Debêntures serão *subordinadas* a todas as demais obrigações da Emissora e somente preferirão aos créditos dos acionistas da Emissora.

VI. Data de Emissão

Para todos os fins e efeitos de direito, a data de emissão da Primeira Série das Debêntures será o dia 1º de junho de 2000 (a “Data de Emissão”).

VII. Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de 20 (vinte) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se em 1º de junho de 2020 (a “Data de Vencimento”), sujeito ao disposto na Cláusula Doze desta Escritura de Emissão.

VIII. Procedimento de Colocação e Negociação

a) A distribuição das Debêntures será pública, para colocação no mercado de balcão, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição, de acordo com o disposto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, e com atendimento preferencial aos clientes do Coordenador (conforme definido no item XII abaixo), observado o disposto no item IX abaixo.

b) As Séries das Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto - ANDIMA (a “ANDIMA”) e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (a “CETIP”), nos termos da legislação aplicável.

IX. Das Condições para o Pagamento

Sempre sujeito ao disposto na Cláusula Dezessete desta Escritura de Emissão, a obrigação da Emissora de efetuar o pagamento, total ou parcial, dos Juros Remuneratórios e do valor nominal não amortizado de cada Debênture aos Debenturistas, nas datas em que forem exigíveis nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive quando da adoção dos procedimentos a que se refere o item XIII abaixo, (i) é condicionada à existência de recursos financeiros livres, desembaraçados e suficientes ao pagamento das referidas obrigações, suficiência essa que depende do recebimento, pela Emissora, dos recursos referidos nos itens (i), (ii) e (iii) da Cláusula 4.2. desta Escritura de Emissão, e, (ii) de acordo com o disposto nas alíneas “g” e “i” do item XIII abaixo, poderá ser cumprida mediante dação em pagamento aos Debenturistas (operada de pleno direito e sem direito de regresso contra a Emissora e na proporção dos seus créditos) (i) das Duplicatas e (ii) dos demais bens, direitos e/ou créditos de titularidade da Emissora, ainda que objeto de cobrança judicial já iniciada pela Emissora.

X. Preço de Subscrição e Forma de Pagamento

a) Cada Debênture será subscrita pelo seu respectivo valor nominal acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados exponencialmente e de forma *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da Data de Emissão de Série, conforme o caso, até a Data da Integralização, observado, no que couber, o disposto no item XI desta Cláusula Quinta, em especial em sua alínea “c” abaixo.

b) O preço de subscrição das Debêntures será pago à vista, em moeda corrente nacional, nas datas da integralização de cada Série (as “Datas de Integralização” e, individualmente, a “Data de Integralização”), de acordo com o procedimento que vier a ser estabelecido entre o Coordenador e, se houver, os demais membros do consórcio nos termos do Contrato de Colocação (conforme definido no item XII abaixo).

XI. Juros Remuneratórios

a) Cada Debênture de cada Série fará jus ao recebimento de juros remuneratórios incidentes sobre o seu valor nominal unitário, estabelecidos com base na variação acumulada da Taxa ANBID (conforme abaixo definido), acrescido, cumulativamente, de forma exponencial e *pro rata temporis*, da taxa de juros anual, observado o disposto no item XII abaixo, calculada com base em um ano de 360 dias, definida no respectivo Suplemento (os “Juros Remuneratórios”).

b) Os Juros Remuneratórios serão pagos, sempre nos dias 1º de dezembro e 1º de junho de cada ano, em parcelas semestrais e sucessivas até a Data de Vencimento, ressalvado o disposto no item XIII desta Cláusula.

c) Tem-se por definição, para efeito do cálculo dos Juros Remuneratórios, que:

(i) “Taxa ANBID” é a taxa de juros flutuante, divulgada pela Associação Nacional de Bancos de Investimento - ANBID (“ANBID”), publicada diariamente em jornais de circulação nacional e na Resenha da ANDIMA, para depósitos bancários a prazo, do tipo prefixado, mais negociado e de maior volume apresentado durante cada Período de Capitalização, capitalizada pelos respectivos Subperíodos de Capitalização;

(ii) “Período(s) de Capitalização” é o intervalo de tempo, em dias corridos, que se inicia (A) no caso do primeiro Período de Capitalização da Primeira Série, na Data de Emissão; ou (B) no caso do primeiro Período de Capitalização das demais Séries, na respectiva Data de Emissão de Série; ou (C) no caso do 1º (primeiro) Período de Capitalização após a Data de Repactuação de cada Série, na Data de Repactuação de cada Série; ou (D) no caso dos demais Períodos de Capitalização, na data do último pagamento de Juros Remuneratórios (os itens (A), (B), (C) ou (D) acima, a “Data de Início de Apuração”) e termina na data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente posterior à Data de Início de Apuração ou, na hipótese de adoção dos procedimentos referidos no item XIII desta Cláusula, na data de encerramento do Subperíodo de Capitalização que estiver em curso na data da adoção daqueles procedimentos. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

(iii) “Subperíodo(s) de Capitalização” são os intervalos de tempo, em dias corridos, contidos em cada Período de Capitalização, com duração idêntica ao prazo, em dias corridos, definido para a Taxa ANBID da data do início de cada Subperíodo de Capitalização, sendo que: (A) o 1º (primeiro) Subperíodo de Capitalização inicia-se na Data de Emissão, na Data de Emissão de Série ou na Data de Repactuação de cada Série, conforme o caso, e termina na data de encerramento do prazo definido para a Taxa ANBID da Data de Emissão, da Data de Emissão de Série ou da Data de Repactuação de cada Série, conforme o caso; e (B) o prazo dos Subperíodos de Capitalização seguintes será idêntico ao prazo da Taxa ANBID na data do encerramento do Subperíodo de Capitalização imediatamente anterior. Cada Subperíodo de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Início de Apuração do Período de Capitalização imediatamente posterior.

d) Para efeito de cálculo e pagamento dos Juros Remuneratórios no caso de adoção dos procedimentos a que se refere o item XIII desta Cláusula:

(i) “Período(s) de Capitalização” é o intervalo de tempo, em dias corridos, que se inicia (A) na data de encerramento do Subperíodo de Capitalização que estiver em curso quando da adoção, pela Emissora, dos procedimentos referidos no item XIII desta Cláusula e (B) termina na data de encerramento do prazo da Taxa ANBID definida na data de início referida no número (ii.A) da alínea “c” acima. Cada Período de

Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a conclusão dos procedimentos referidos no item XIII desta Cláusula; e

(ii) Os Subperíodos de Capitalização serão idênticos aos Períodos de Capitalização.

(iii) considerar-se-á (A) o período, em dias corridos, compreendido entre a Data de Emissão ou a última data do efetivo pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, e a data do efetivo pagamento dos Juros Remuneratórios, caso este ocorra até o dia 1º de dezembro de 2000 (data de vencimento da 1ª (primeira) parcela de Juros Remuneratórios) e (B) a partir de 1º de dezembro de 2000, o período, em dias corridos, compreendido entre uma Data de Emissão de Série ou a última data de pagamento de Juros Remuneratórios, conforme o caso, e a data do efetivo pagamento dos Juros Remuneratórios referentes ao Período de Capitalização em curso, observado o disposto nas alíneas “a” e “e” deste inciso XI;

e) O prazo de determinação de cada Período de Capitalização e dos Subperíodos de Capitalização, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, será contado em dias corridos, incluindo-se na contagem o primeiro dia do prazo e excluindo-se o último.

f) Caso o prazo de validade da Taxa ANBID para um determinado Subperíodo de Capitalização venha a exceder a data de vencimento de um Período de Capitalização, a Taxa ANBID será ajustada *pro rata temporis*, pelo número de dias úteis, de forma a ajustá-la à data de vencimento do Período de Capitalização respectivo.

g) Para a apuração do valor de quaisquer das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura de Emissão, a serem liquidadas em datas para as quais, por qualquer motivo, a Taxa ANBID não seja conhecida, será utilizada a mesma Taxa ANBID aplicada ao Subperíodo de Capitalização imediatamente anterior ao Subperíodo de Capitalização considerado, calculada *pro rata temporis* até a data do pagamento de tais obrigações.

h) Caso não haja a divulgação da Taxa ANBID por dois Subperíodos de Capitalização consecutivos ou caso a Taxa ANBID, pela superveniência de norma legal ou regulamentar, não possa mais ser utilizada para determinar a remuneração das Debêntures, o Agente Fiduciário convocará os Debenturistas, observado o disposto no item 13.11. da Cláusula Treze, para, reunidos em assembléia, deliberarem a respeito da nova taxa e do novo critério de remuneração a serem utilizados (a “Taxa Substituta da Taxa ANBID”), observadas as normas regulamentares aplicáveis. Caso, em razão da deliberação da assembléia dos Debenturistas, as Cedentes venham a optar, nos termos do inciso I, alínea “a”, da Cláusula Onze do Contrato de Cessão, pela rescisão do Contrato de Cessão, a Emissora deverá comunicá-la ao Agente Fiduciário, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias contado da data da efetivação da rescisão. Nesta hipótese, a Emissora deverá amortizar, compulsoriamente, observado o procedimento definido no item XIII desta Cláusula Quinta, as

Debêntures em circulação, utilizando para o cálculo dos Juros Remuneratórios, até a data da liquidação financeira da amortização, a mesma Taxa ANBID aplicada ao Subperíodo de Capitalização imediatamente anterior ao Subperíodo de Capitalização considerado. Caso as Cedentes optem pela continuidade da cessão de Direitos Creditórios, esta Escritura de Emissão será, se for o caso, imediatamente aditada para incorporar os ajustes necessários, obrigando-se a Emissora a averbar o respectivo instrumento à margem do registro a que se refere o item 2.2. da Cláusula Segunda desta Escritura de Emissão.

i) Para todos os efeitos desta Escritura de Emissão será considerado um ano base de 360 dias. Caso a Taxa ANBID divulgada conforme o disposto na alínea “c”(i) seja calculada com base em um prazo distinto de 360 dias, essa taxa deverá ser ajustada, de modo a refletir um ano de 360 dias.

j) Para apuração dos Juros Remuneratórios devidos ao titular de cada Debênture utilizar-se-á a seguinte expressão:

$$JR = VNA \times \left\{ \prod_{j=1}^n \left\{ [(1+T_j) \times (1+S)]^{d_j/360} \right\}^{u_j/U_j} - 1 \right\}$$

onde:

JR	é o montante dos Juros Remuneratórios devidos pela Emissora nas datas previstas na alínea “b” ou, conforme o caso, observado o disposto na alínea “d” deste item XI desta Cláusula Quinta;
VNA	é o valor nominal não amortizado de cada Debênture;
J	é cada um dos respectivos Subperíodos de Capitalização da Taxa ANBID, variando de 1 a “n”;
Tj	é a Taxa ANBID para cada um dos Subperíodos de Capitalização, até o final do n-ésimo Subperíodo de Capitalização, expressa na forma decimal e com base em um ano de 360 dias;
S	é o acréscimo sobre a Taxa ANBID de cada uma das Séries, expresso na forma decimal e com base em um ano de 360 dias, conforme definido no respectivo Suplemento;
dj	é o número de dias corridos do Subperíodo de Capitalização a que se refere a taxa Tj correspondente;

uj é o número de dias úteis decorridos desde o início de vigência da taxa Tj correspondente até o último dia do Subperíodo de Capitalização correspondente;
e

Uj é o número de dias úteis do prazo da taxa Tj correspondente.

XII. Determinação do Acréscimo sobre a Taxa ANBID

A determinação do acréscimo sobre a Taxa ANBID de cada Série, expresso na forma decimal e com base em um ano de 360 dias, conforme definido no Suplemento (o “S”) será apurada por instituição financeira integrante do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários, de acordo com o procedimento estabelecido no “Contrato de Colocação da Segunda Emissão de Debêntures Simples da Chemical Trust S.A.”, celebrado entre a Emissora e o coordenador da Emissão (o “Coordenador”), em 29 de maio de 2000 (o “Contrato de Colocação”).

XIII. Do Fundo de Amortização

a) Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização e sempre observado o disposto na Cláusula Dezessete abaixo (A) as datas de pagamento dos Juros Remuneratórios e/ou do valor nominal não amortizado de cada Debênture referidas nesta alínea “a”, serão consideradas prorrogadas de pleno direito até a data da conclusão dos procedimentos estabelecidos neste item, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e (B) a Emissora passará a amortizar os Juros Remuneratórios e o valor nominal não amortizado de cada Debênture, observados os seguintes procedimentos:

(i) a Emissora deverá notificar imediatamente o Banco, com cópia para o Banco Mandatário e para o Agente Fiduciário, para que o Banco, nos termos e condições do Contrato de Prestação de Serviços, proceda à abertura de conta corrente bancária em seu nome, no Banco Itaú S.A., na data do recebimento, pelo Banco, da referida notificação (a “Data de Constituição”), cujo depósito inicial será feito com os recursos do Fundo de Pagamento, a que se refere o item XV desta Cláusula Quinta, que já estejam disponíveis para saque, sem comprometer a remuneração esperada do(s) respectivo(s) ativo(s) financeiro(s); a conta corrente será movimentada única e exclusivamente para (A) o depósito de todas e quaisquer verbas recebidas pela Emissora em decorrência da execução do Plano de Ação a que se refere o subitem (ii) imediatamente abaixo, incluindo eventuais encargos moratórios recebidos pela Emissora e as verbas de sucumbência, caso a Emissora venha a recorrer a meios judiciais para receber seus créditos e (B) o pagamento (1) das verbas a que se referem as alíneas “a” a “d”, do item 17.1. da Cláusula Dezessete desta Escritura de Emissão e (2) dos valores devidos aos Debenturistas, na proporção dos seus créditos (“Fundo de Amortização”). O Fundo de Amortização será administrado pelo Banco de acordo

com os termos e condições do Contrato de Prestação de Serviços, cuja cópia encontra-se à disposição dos Debenturistas na sede da Emissora e do Agente Fiduciário;

(ii) a Emissora deverá, na Data de Constituição e sem prejuízo da adoção das medidas a que se refere o § 2º do artigo 18 do Estatuto Social, convocar uma assembléia de Debenturistas (A) para comunicar a ocorrência da constituição do Fundo de Amortização e prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários; e (B) para que seja proposto pelo Agente Fiduciário e aprovado pelos Debenturistas um plano de ação a ser executado pela Emissora, observado o disposto no Estatuto Social, e monitorado pelo Agente Fiduciário (o “Plano de Ação”), que poderá incluir, entre outras medidas, (1) a cobrança judicial ou extrajudicial de quaisquer dos créditos devidos à Emissora; (2) a alienação de quaisquer das Duplicatas vencidas (e/ou a cessão dos créditos que representam) e/ou de quaisquer outros bens, créditos ou direitos de titularidade da Emissora, a qual será imediata e obrigatória no caso dos Produtos, ou (3) o aguardo do regular pagamento das Duplicatas vincendas, vedada sua alienação antes da respectiva data de vencimento, e dos demais bens, créditos ou direitos de titularidade da Emissora; e

(iii) na hipótese de constituição do Fundo de Amortização, o Agente Fiduciário deverá (A) verificar as circunstâncias que levaram a Emissora a não dispor dos recursos necessários para efetuar o pagamento dos Juros Remuneratórios e do valor nominal não amortizado de cada Debênture aos Debenturistas nas datas referidas na alínea “b” do item XI e no item VII, ambos desta Cláusula Quinta e na Cláusula Doze desta Escritura de Emissão, (B) apurar as causas e (C) submeter aos Debenturistas, se for o caso, proposta de adoção das medidas cabíveis contra a parte faltosa, sendo certo que toda e qualquer verba que venha a ser recebida em decorrência destes procedimentos reverterá em favor dos Debenturistas, devendo ser depositada no Fundo de Amortização imediatamente após o seu recebimento.

b) Constituído o Fundo de Amortização, a Emissora deverá transferir aos Debenturistas, a título de amortização do valor nominal não amortizado de cada Debênture e dos Juros Remuneratórios, o montante dos recursos nele depositados, na proporção dos seus créditos apurados nos termos definidos nesta Escritura de Emissão, somente quando o valor total dos recursos depositados no Fundo de Amortização, observado o disposto nas alíneas “a” a “d” do item 17.1. da Cláusula Dezessete desta Escritura de Emissão, exceder a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo (o “Montante Mínimo”). A Emissora deverá, até o 2º (segundo) dia útil subsequente àquele em que o saldo do Fundo de Amortização atingir um valor igual ou superior ao Montante Mínimo, transferir aos Debenturistas as verbas depositadas no Fundo de Amortização, na forma do disposto no item XIV desta Cláusula, e de acordo com nos registros mantidos pelo Banco Mandatário no 1º (primeiro) dia útil imediatamente anterior à data da efetivação da transferência.

- c) A obrigação da Emissora de efetuar a amortização total ou parcial dos valores devidos aos Debenturistas de acordo com o previsto neste item XIII está condicionada ao efetivo recebimento, pela Emissora, das verbas decorrentes da execução do Plano de Ação e sujeita ao disposto na Cláusula Dezesete desta Escritura de Emissão. Na hipótese de constituição do Fundo de Amortização, nenhum dos Debenturistas nem o Agente Fiduciário poderão, sob nenhuma hipótese, exigir da Emissora o pagamento dos valores devidos em termos outros que não os previstos neste item XIII.
- d) O Plano de Ação somente assegura aos Debenturistas o pagamento dos valores devidos até o limite das verbas recebidas pela Emissora em decorrência da execução dos procedimentos do Plano de Ação, sempre sujeito aos termos e condições da Cláusula Dezesete desta Escritura de Emissão.
- e) Na hipótese de adoção dos procedimentos estabelecidos neste item XIII, os Juros Remuneratórios serão calculados de acordo com o disposto na alínea “d” do item XI desta Cláusula, ficando o seu pagamento sempre sujeito ao disposto na Cláusula Dezesete desta Escritura de Emissão e observado o disposto na alínea “f” deste item XIII.
- f) Observado o disposto na Cláusula Dezesete desta Escritura de Emissão, fica desde já pactuado que os valores amortizados pela Emissora nos termos deste item XIII deverão ser imputados primeiramente na liquidação dos Juros Remuneratórios devidos aos Debenturistas até a data da liquidação financeira do referido evento e, após, na do valor nominal não amortizado de cada Debênture.
- g) Observado o disposto no artigo 23 do Estatuto Social, após decorridos 120 (cento e vinte) dias da Data de Constituição do Fundo de Amortização e caso a Emissora não tenha, nesse período, obtido os recursos necessários à amortização total dos Juros Remuneratórios e do valor nominal não amortizado de cada Debênture nos termos desta Escritura de Emissão, fica, desde já, reservado aos Debenturistas o direito de, por decisão tomada em assembléia convocada especialmente para este fim, exigir da Emissora o pagamento, observado o disposto nas alíneas “a” a “d” do item 17.1. da Cláusula Dezesete desta Escritura de Emissão, dos valores devidos, na proporção dos créditos detidos pelos Debenturistas, na data da deliberação, de acordo com os registros mantidos pelo Banco Mandatário (conforme abaixo definido) no 1º (primeiro) dia útil anterior à data da deliberação, mediante dação em pagamento das Duplicatas e/ou dos demais créditos, bens e/ou direitos de titularidade da Emissora, mesmo que a Emissora já tenha iniciado processo de cobrança judicial ou extrajudicial destes créditos e/ou direitos, conforme vier a ser deliberado na respectiva assembléia de Debenturistas.
- h) A dação em pagamento a que se refere a alínea “g” acima será efetuada mediante a cessão, sem direito de regresso contra a Emissora, das Duplicatas e/ou dos demais créditos, bens e/ou direitos de titularidade da Emissora, pelo seu valor contábil na data da efetivação da dação aos Debenturistas, mediante quitação ampla,

geral, irrevogável e irretratável de todos e quaisquer valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

i) Após decorridos 180 (cento e oitenta) dias da Data de Constituição do Fundo de Amortização e caso os Debenturistas não tenham exercido o direito de que trata a alínea “g” acima, sem que a Emissora tenha, nesse período, obtido recursos necessários à amortização total dos Juros Remuneratórios e do valor nominal não amortizado de cada Debênture nos termos desta Escritura de Emissão, a Emissora, a seu exclusivo critério e sem necessidade da adoção de qualquer procedimento adicional ou obtenção de quaisquer autorizações, inclusive dos Debenturistas, poderá, observado o disposto nas alíneas “a” a “d” do item 17.1. da Cláusula Dezessete desta Escritura de Emissão, efetuar o pagamento integral de tais valores, mediante a dação aos Debenturistas, na proporção de seus créditos (i) das Duplicatas e/ou (iii) dos demais créditos, bens e/ou direitos de titularidade da Emissora, incluindo aqueles objeto de processo judicial de cobrança já iniciado pela Emissora, mediante o recebimento de quitação ampla, geral, irrevogável e irretratável de todos e quaisquer valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

j) Na hipótese das alíneas “g” e/ou “i” deste item, os Debenturistas poderão, após a efetivação da dação, constituir a Emissora sua bastante procuradora para proceder a cobrança das Duplicatas e dos demais créditos, bens e/ou direitos recebidos e/ou proceder à alienação dos Direitos Cauçionados, observado, entretanto que, na hipótese prevista no item “i” acima, os Debenturistas deverão obrigar-se solidariamente perante a Emissora, até a liquidação e extinção da Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, pelo pagamento (i) das Despesas (conforme definido no inciso III da Cláusula Sexta do Contrato de Cessão), acrescidas dos valores a que se refere o item 18.4. da Cláusula Dezoito desta Escritura de Emissão e (ii) dos valores que excederem o Adiantamento de Despesas de Cobrança, conforme disposto na Cláusula Dezoito desta Escritura de Emissão.

k) Na hipótese da Emissora não receber os recursos referidos nos subitens (i) ou (ii) da alínea “j” supra, a Emissora poderá renunciar de imediato ao mandato, sem quaisquer ônus ou penalidades para a Emissora, sejam de que natureza forem. Fica a Emissora autorizada, desde já, a compensar os valores que vier a receber na qualidade de mandatária dos Debenturistas com os valores devidos nos termos dos itens “g” e/ou “i” acima, ainda que exigíveis após a data de renúncia ao mandato.

l) O valor residual do Fundo de Amortização que não atingir o Montante Mínimo, observado o disposto nas alíneas “a” a “d” do item 17.1. da Cláusula Dezessete desta Escritura de Emissão, será distribuído aos Debenturistas, na proporção dos seus créditos, apurada de acordo com o estabelecido na parte final da alínea “b” deste item e na forma estabelecida no item XIV desta Cláusula.

XIV. Forma de Pagamento dos Valores Devidos aos Debenturistas

- a) A Emissora efetuará o pagamento dos valores devidos aos Debenturistas em moeda corrente nacional, observado o disposto nas alíneas “b” a “d” abaixo, ou mediante dação em pagamento nas hipóteses estabelecidas nas alíneas “g” e “i” do item XIII desta Cláusula Quinta.
- b) Todos os pagamentos que a Emissora deva fazer aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão serão liquidados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou na sede da Emissora, se o Debenturista não estiver vinculado a esse sistema, ou, ainda, na instituição financeira que vier a ser oportunamente indicada pela Emissora.
- c) Caso não haja expediente comercial ou bancário nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo nas datas em que a Emissora deva tornar disponíveis os recursos necessários ao pagamento de suas obrigações, tais recursos deverão estar disponíveis até o 1º (primeiro) dia útil anterior, os quais deverão ser pagos aos Debenturistas no dia útil imediatamente subsequente àquele em que não houver expediente comercial ou bancário nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, sem a incidência de qualquer acréscimo aos valores devidos. Caso não haja expediente bancário nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo na data de pagamento dos valores devidos aos Debenturistas, a Emissora deverá efetuar o pagamento no dia útil imediatamente subsequente, sem a incidência de qualquer acréscimo aos valores devidos.
- d) O não comparecimento de qualquer Debenturista para receber os valores respectivos nas datas de pagamento de quaisquer obrigações da Emissora não dará ao Debenturista o direito ao recebimento de juros, atualização monetária, se houver, ou quaisquer outros encargos adicionais pelo período relativo ao atraso, sem prejuízo, todavia, do direito ao recebimento integral dos valores devidos na respectiva data de pagamento.

XV. Fundo de Pagamento

- a) Desde a primeira Data de Integralização até a Data de Vencimento, a Emissora obriga-se, a partir da data da definição da Taxa ANBID, inclusive, referente a cada Subperíodo de Capitalização, a constituir e manter reserva monetária formada com as disponibilidades diárias havidas com o recebimento (i) do valor de integralização das Debêntures e/ou de alienação das DPL e/ou (ii) do valor dos Direitos Creditórios (conjuntamente (i) e (ii), as “Disponibilidades”) (o “Fundo de Pagamento”), que será destinada, única e exclusivamente, ao pagamento dos Juros Remuneratórios devidos aos Debenturistas, em cada Período de Capitalização, nas datas referidas na alínea “b” do item XI desta Cláusula, exceto na hipótese de constituição do Fundo de Amortização, na qual os pagamentos serão efetuados nos termos do item XIII desta Cláusula.
- b) Os recursos do Fundo de Pagamento deverão ser segregados e depositados pela Emissora e/ou pelo Banco em conta corrente específica já aberta, em nome da Emissora, no Banco Itaú S.A..

- c) A Emissora deverá transferir e manter depositados no Fundo de Pagamento, e, se for o caso, transferir ao Fundo de Pagamento e, ato contínuo, aplicar, nos termos do item XVI desta Cláusula, recursos financeiros, de modo que o valor das disponibilidades depositadas no Fundo de Pagamento, na data em que os recursos devam estar disponíveis para o pagamento dos Juros Remuneratórios devidos nas datas referidas na alínea “b” do item XI desta Cláusula, líquido de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza (as “Datas de Disponibilidade” e, no singular, a “Data de Disponibilidade”), observado o disposto no Contrato de Banco Mandatário, seja suficiente para o integral e pontual pagamento dos Juros Remuneratórios devidos nas datas referidas na alínea “b” do item XI desta Cláusula.
- d) Para fins de determinação dos montantes a serem transferidos ao Fundo de Pagamento, a Emissora deverá, sempre, considerar o valor integral dos Juros Remuneratórios devidos nas datas referidas na alínea “b” do item XI desta Cláusula, *somente* para os quais já tenha sido definida a Taxa ANBID referente a cada Subperíodo de Capitalização, mesmo que não efetivamente incorridos, sempre observado o disposto na alínea “e” abaixo (“Valor Futuro Devido”). Até que a soma (i) do saldo dos recursos financeiros depositados no Fundo de Pagamento e (ii) do valor de resgate das aplicações financeiras realizadas com tais recursos, líquido de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, sejam equivalentes, em cada Data de Verificação (conforme abaixo definido), ao Valor Futuro Devido, calculado *pro rata temporis* até a Data de Verificação, a Emissora deverá destinar as Disponibilidades única e exclusivamente ao Fundo de Pagamento, ficando expressamente vedada a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis até que o saldo do Fundo de Pagamento atenda ao disposto nesta alínea.
- e) Observados os critérios definidos no item XVI abaixo, os valores a serem transferidos ao Fundo de Pagamento deverão ser equivalentes ao valor presente do Valor Futuro Devido, sempre considerando as taxas e os critérios de remuneração dos ativos financeiros nos quais os recursos transferidos ao Fundo de Pagamento venham a ser aplicados.
- f) Na hipótese de adoção dos procedimentos a que se refere o item XIII desta Cláusula Quinta, a Emissora deverá desconstituir o Fundo de Pagamento e interromper, em caráter definitivo, os procedimentos estabelecidos nos itens XV, XVI e XVII desta Cláusula Quinta.
- g) Sem prejuízo da destinação de Disponibilidades para o Fundo de Pagamento nos termos da alínea “a” deste item, a Emissora, a partir da data de início do Período de Capitalização imediatamente anterior a cada Data de Repactuação de cada Série e até a respectiva Data de Repactuação ou até a Data de Vencimento, obriga-se, adicionalmente, a transferir Disponibilidades para o Fundo de Pagamento, que serão destinadas única e exclusivamente ao pagamento do valor nominal não amortizado das Debêntures Não Repactuadas (conforme definido no item 12.3. da Cláusula Doze desta Escritura de Emissão) ou do valor nominal não

amortizado das Debêntures, exceto na hipótese de constituição do Fundo de Amortização, na qual os pagamentos serão efetuados nos termos do item XIII desta Cláusula.

h) Para os fins do disposto na alínea “g” acima, a Emissora deverá transferir e manter depositados no Fundo de Pagamento, e, se for o caso, transferir ao Fundo de Pagamento e, ato contínuo, aplicar, nos termos do item XVI desta Cláusula, recursos financeiros, de modo que, na Data de Repactuação ou na Data de Vencimento, o valor das disponibilidades depositadas no Fundo de Pagamento para o pagamento do valor nominal não amortizado das Debêntures Não Repactuadas ou do valor nominal não amortizado das Debêntures, líquido de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, observado o disposto no Contrato de Banco Mandatário, seja suficiente para o integral e pontual pagamento do valor nominal não amortizado das Debêntures Não Repactuadas ou do valor nominal não amortizado das Debêntures, na respectiva Data de Repactuação de cada Série ou na Data de Vencimento;

i) Sujeito ao disposto nas alíneas “a” e “d” do item XVII abaixo, na determinação dos montantes a serem transferidos ao Fundo de Pagamento para o pagamento, na respectiva Data de Repactuação de cada Série ou na Data de Vencimento, do valor nominal não amortizado das Debêntures Não Repactuadas ou do valor nominal não amortizado das Debêntures, a Emissora deverá transferir ao Fundo de Pagamento, valores que sejam:

- (i) até 120 (cento e vinte) dias antes da Data de Repactuação de cada Série ou da Data de Vencimento, equivalentes a 10% (dez por cento) do valor presente do valor nominal não amortizado das Debêntures na respectiva Data de Repactuação ou na Data de Vencimento, sempre considerando as taxas e os critérios de remuneração dos ativos financeiros nos quais venham a ser aplicados os recursos transferidos ao Fundo de Pagamento;
- (ii) até 90 (noventa) dias antes da Data de Repactuação de cada Série ou da Data de Vencimento, equivalentes a 30% (trinta por cento) do valor presente do valor nominal não amortizado das Debêntures na respectiva Data de Repactuação ou na Data de Vencimento, sempre considerando as taxas e os critérios de remuneração dos ativos financeiros nos quais venham a ser aplicados os recursos transferidos ao Fundo de Pagamento;
- (iii) até 60 (sessenta) dias antes da Data de Repactuação de cada Série ou da Data de Vencimento, equivalentes a 50% (cinquenta por cento) do valor presente do valor nominal não amortizado das Debêntures na respectiva Data de Repactuação ou na Data de Vencimento, sempre considerando as taxas e os critérios de remuneração dos ativos financeiros nos quais venham a ser aplicados os recursos transferidos ao Fundo de Pagamento;
- (iv) até 30 (trinta) dias antes da Data de Repactuação de cada Série ou da Data de Vencimento, equivalentes a 90% (noventa por cento) do valor presente do valor nominal não amortizado

das Debêntures na respectiva Data de Repactuação ou na Data de Vencimento, sempre considerando as taxas e os critérios de remuneração dos ativos financeiros nos quais venham a ser aplicados os recursos transferidos ao Fundo de Pagamento; e

- (v) até 15 (quinze) dias antes da Data de Repactuação de cada Série ou da Data de Vencimento, no caso de mais de uma Série em circulação, equivalentes a 100% (cem por cento) do valor presente do valor nominal não amortizado das Debêntures na respectiva Data de Repactuação ou na Data de Vencimento, sempre considerando as taxas e os critérios de remuneração dos ativos financeiros nos quais venham a ser aplicados os recursos transferidos ao Fundo de Pagamento.

j) Até que a soma (i) dos recursos financeiros depositados no Fundo de Pagamento para pagamento do valor nominal não amortizado das Debêntures Não Repactuadas ou, conforme o caso, do valor nominal não amortizado das Debêntures e (ii) do valor de resgate das aplicações financeiras realizadas com tais recursos, líquido de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja suficiente para pagamento do valor nominal não amortizado das Debêntures Não Repactuadas ou, conforme o caso, do valor nominal não amortizado das Debêntures, a Emissora deverá, observado o disposto nos números (i), (ii), (iii), (iv) e (v) da alínea “i” acima, destinar Disponibilidades ao Fundo de Pagamento, ficando limitada a utilização das Disponibilidades para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.

XVI. Aplicação dos Recursos do Fundo de Pagamento

Observado o disposto nas alíneas “c” e “h” do item XV acima e no Contrato de Prestação de Serviços, as aplicações financeiras dos recursos depositados no Fundo de Pagamento deverão ser realizadas, preferencialmente, (i) em ativos financeiros remunerados a taxas pré-fixadas e (ii) por períodos completos compreendidos entre a data em que os recursos transferidos ao Fundo de Pagamento estiverem disponíveis para aplicação e, para fins de resgate da respectiva aplicação financeira, as Datas de Disponibilidade. Tais aplicações financeiras (i) deverão ser realizadas com a estrita observância do disposto no artigo 17 do Estatuto Social e (ii) não poderão ter data de resgate posterior à Data de Disponibilidade (inclusive).

XVII. Da Verificação da Suficiência do Fundo de Pagamento

a) A cada período de 15 (quinze) dias contado da primeira Data de Integralização e até a Data de Vencimento (a “Data de Verificação”), a Emissora deverá verificar se a soma (i) do saldo dos recursos financeiros depositados no Fundo de Pagamento e (ii) do valor das aplicações financeiras realizadas com os recursos do Fundo de Pagamento, calculado *pro rata temporis* até a Data de Verificação, é equivalente à soma (A) do Valor Futuro Devido, calculado *pro rata temporis* até a Data de Verificação e (B) do valor, calculado *pro rata*

temporis até a Data de Verificação, correspondente aos percentuais estabelecidos nos números (i), (ii), (iii), (iv) e (v) da alínea “i” do item XV desta Cláusula, observado o disposto na alínea “j” do referido item XV.

b) Para verificação do enquadramento do Fundo de Pagamento, a Emissora deverá considerar (i) o saldo dos recursos financeiros depositados no Fundo de Pagamento, líquido de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza e (ii) as taxas e os critérios de remuneração dos ativos financeiros nos quais os recursos transferidos ao Fundo de Pagamento tenham sido aplicados.

c) No caso de aplicações financeiras remuneradas a taxas prefixadas, a Emissora deverá considerar o valor de resgate de cada aplicação realizada com os recursos do Fundo de Pagamento, líquido de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, e no caso das aplicações financeiras remuneradas a taxas pós-fixadas, a Emissora deverá considerar (i) a taxa de remuneração da respectiva aplicação praticada no dia útil imediatamente anterior à Data de Verificação e/ou (ii) a variação diária de cota de fundo de investimento, projetando-se a mesma para o número de dias até a respectiva Data de Disponibilidade.

d) Se em cada Data de Verificação, o Fundo de Pagamento não atender ao disposto na alínea “a” deste item, a Emissora deverá, a partir da respectiva Data de Verificação, inclusive, até que o Fundo de Pagamento atenda ao disposto na alínea “a” deste item XVII, interromper a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e destinar todas as Disponibilidades para recomposição do Fundo de Pagamento. Se em cada Data de Verificação, o Fundo de Pagamento atender ao disposto na alínea “a” deste item XVII, a Emissora destinará o valor excedente depositado no Fundo de Pagamento à aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.

XVIII. Da Transferência dos Recursos do Fundo de Pagamento aos Debenturistas

Em cada Data de Disponibilidade, os recursos líquidos depositados no Fundo de Pagamento, deverão ser diretamente transferidos à conta corrente mantida pela Emissora no Banco Mandatário, para pagamento aos Debenturistas, observado o disposto no item XIV desta Cláusula, não se aplicando, neste caso, o disposto na Cláusula Dezesete desta Escritura de Emissão.

XIX. Não Incidência de Juros Moratórios e Multa Moratória

a) Os Debenturistas não farão jus ao recebimento de juros moratórios e/ou multa de qualquer natureza no caso de impontualidade da Emissora no pagamento de qualquer das parcelas dos Juros Remuneratórios e/ou do valor nominal não amortizado de cada Debênture, nas datas em que forem devidos, nos termos desta Escritura de Emissão.

b) Todos os recursos que a Emissora vier a receber, a qualquer tempo, das Cedentes e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão, observado o disposto na

Cláusula Dezessete desta Escritura de Emissão, distribuídas aos Debenturistas, na proporção de seus créditos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado do recebimento de tais valores, observado, no que couber, o disposto no item XIII, alínea “b” e no item XIV da Cláusula Quinta desta Escritura de Emissão.

XX. Dos Eventos de Amortização e de Avaliação

a) São considerados eventos de amortização (os “Eventos de Amortização”), sujeitos aos procedimentos definidos no item XIII desta Cláusula e nas alíneas seguintes deste item, quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) caso a Emissora não disponha, nas datas referidas na alínea “b” do item XI e no item VII da Cláusula Quinta e na Cláusula Doze, ambas desta Escritura de Emissão, de recursos financeiros suficientes ao pagamento dos Juros Remuneratórios e/ou do valor nominal não amortizado de cada Debênture;
- (ii) caso a Emissora, a qualquer tempo, deixe de atender, no prazo estabelecido no item 3.1.(iii) da Cláusula Terceira do Contrato de Promessa de Compra e Venda de DPL, ao disposto na alínea “a” do item 7.2. e no item 7.3. da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, e não proceda à Amortização Parcial (conforme definido no item XXIII abaixo), nos termos do item XXIII desta Cláusula Quinta;
- (iii) ocorrência de qualquer dos Eventos de Resilição (conforme definido no inciso IV da Cláusula Onze do Contrato de Cessão), que permitam à Emissora resilir o Contrato de Cessão, observado o disposto no inciso V da Cláusula Onze do referido instrumento;
- (iv) caso as Cedentes se utilizem da faculdade de resilir o Contrato de Cessão, nos termos da Cláusula Doze do referido instrumento;
- (v) caso as Cedentes se utilizem da faculdade de resilir o Contrato de Promessa de Compra e Venda de DPL, nos termos do item 10.2. da Cláusula Dez do referido instrumento; e
- (vi) caso os Debenturistas venham a deliberar, nos termos da alínea “d” deste item, que um Evento de Avaliação (conforme abaixo definido) constitui um Evento de Amortização.

b) São considerados eventos de avaliação (o “Evento de Avaliação”), sujeitos aos procedimentos definidos nos itens seguintes, quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) protocolização de pedido de falência da Emissora;

- (ii) inobservância pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão;
- (iii) aquisição reiterada, pela Emissora, de Direitos Creditórios em desacordo com as Condições de Elegibilidade e com os Critérios de Elegibilidade (conforme definidos nos incisos I e II da Cláusula Terceira do Contrato Cessão);
- (iv) não atendimento, pela Emissora, por qualquer motivo, em qualquer Data de Verificação, do enquadramento do Fundo de Pagamento ao disposto na alínea “a” do item XVII acima em relação à Data de Verificação imediatamente anterior;
- (v) inobservância pelos administradores da Emissora das obrigações previstas nos itens 6.1. e 6.2. da Cláusula Sexta desta Escritura de Emissão;
- (vi) inobservância, pelo Banco, das suas obrigações estabelecidas no Contrato de Prestação de Serviços;
- (vii) caso o Banco notifique a Emissora da sua intenção de deixar de prestar serviços à Emissora nos termos do Contrato de Prestação de Serviços; e
- (viii) ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão (conforme definido no inciso I da Cláusula Onze do Contrato de Cessão).
- (ix) descumprimento, pelos administradores da Emissora, (i) do Estatuto Social, (ii) dos acordos de acionistas arquivados na sede da Emissora, (iii) do Contrato de Cessão e (iv) desta Escritura de Emissão, em especial pela prática de atos que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão dos Debenturistas, desde que, notificados pelo Agente Fiduciário para sanar ou justificar o descumprimento, não o façam no prazo assinado na respectiva notificação;

c) Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a Emissora deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e/ou o processo de alienação de DPLs às Cedentes, (ii) resilir imediatamente o Contrato de Cessão e (iii) dar início aos procedimentos definidos no item XIII da Cláusula Quinta desta Escritura de Emissão.

d) Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação serão suspensos o processo de aquisição, pela Emissora, de Direitos Creditórios Elegíveis e de DPLs, pelas Cedentes, e a Emissora, ou o Agente

Fiduciário, convocará, na data em que tomar ciência do respectivo evento, uma assembléia de Debenturistas, para que seja avaliado o grau de comprometimento da Emissão. Deliberando os Debenturistas pela continuidade da Emissão, ainda que com a necessidade de ajustes para recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro, a Emissora retomará a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e/ou o processo de aquisição de DPLs pelas Cedentes e deverá, se for o caso e observado o disposto no artigo 23 do Estatuto Social, promover o aditamento dos instrumentos contratuais relacionados à Emissão.

e) Caso os Debenturistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Amortização, a Emissora, após ter sido notificada pelo Agente Fiduciário, deverá resilir imediatamente o Contrato de Cessão e passar a amortizar as Debêntures, observados os procedimentos definidos no item XIII da Cláusula Quinta desta Escritura de Emissão.

XXI. Do Vencimento Antecipado

a) São considerados eventos de vencimento antecipado (os “Eventos de Vencimento Antecipado”), sujeitos, observado o disposto na alínea “b” deste item, à declaração, pelo Agente Fiduciário, do vencimento antecipado da Emissão e à imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do valor nominal não amortizado de cada Debênture, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados na forma do disposto na alínea “d” do item XI desta Cláusula, quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) decretação da falência da Emissora;
- (ii) não adoção, pela Emissora, dos procedimentos a que se refere o item XIII desta Cláusula Quinta, nas hipóteses previstas nos números (i) e (ii) da alínea “a” do referido item XIII;
- (iii) prática, pelos Administradores da Emissora, de atos estranhos à consecução do objeto social da Emissora; e
- (iv) declaração do vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Emissora no valor total igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

b) A declaração do vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário dependerá, exceto no caso do número (i) da alínea “a” acima, de prévia deliberação dos Debenturistas reunidos em assembléia convocada especialmente para esse fim, observado o disposto na alínea “b” do item 13.10. da Cláusula Treze desta Escritura de Emissão.

XXII. Negociação com as Debêntures pela Emissora

Ressalvado o disposto (i) nas alíneas “b” a “d” do item XXIII abaixo, (ii) no item XIII da Cláusula Quinta e (iii) na Cláusula Doze desta Escritura de Emissão, a Emissora ou seus administradores não poderão proceder à amortização parcial, ao resgate antecipado, à aquisição ou negociação das Debêntures.

XXIII. Amortização Parcial

a) Caso as Cedentes (i) deixem de adquirir DPLs, em moeda corrente nacional ou em Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos estabelecidos no Contrato de Promessa de Compra e Venda de DPL, e (ii) não tenham notificado a Emissora do exercício da opção de resilir o Contrato de Promessa de Compra e Venda de DPL, observado o disposto no referido contrato, a Emissora procederá à amortização parcial das Debêntures em circulação (a “Amortização Parcial”), em percentual suficiente para o atendimento ao disposto na alínea “a” do item 7.2. da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão.

b) A Amortização Parcial será feita em face do valor nominal não amortizado das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis*, no prazo de 5 (cinco) dias contado da data de publicação de aviso aos Debenturistas (o “Aviso de Amortização Parcial”) e observado o disposto no item 17.1. da Cláusula Dezessete abaixo, na proporção dos créditos dos Debenturistas, apurada de acordo com os registros mantidos pelo Banco Mandatário no dia útil imediatamente anterior à referida data de publicação do Aviso de Amortização Parcial, observado o disposto no item XIV desta Cláusula Quinta.

c) O Aviso de Amortização Parcial será publicado entre a data de término do prazo de exercício da opção referida na alínea “a (ii)” acima e 5 (cinco) dias antes da data da Amortização Parcial e conterá as seguintes informações: (i) o valor da Amortização Parcial de cada Debênture em circulação e (ii) o valor do prêmio a que fizerem jus os Debenturistas, que será pago na proporção dos seus créditos e cujo percentual será decrescente de 4% (quatro por cento) a 2% (dois por cento) do valor da Amortização Parcial, calculado *pro rata temporis*, tendo como termo inicial a primeira Data de Integralização da respectiva Série e termo final a respectiva Data de Repactuação ou, ainda, tendo como termo inicial uma Data de Repactuação de Série e termo final a Data de Repactuação imediatamente subsequente da respectiva Série ou, por fim, como termo inicial uma Data de Repactuação de Série e como termo final a Data de Vencimento. Do Aviso de Amortização Parcial deverá constar a informação de que o pagamento do prêmio é condicionado ao recebimento, pela Emissora, do prêmio referido no item 10.3. da Cláusula Dez do Contrato de Promessa de Compra e Venda de DPL.

XXIV. Da Amortização Antecipada de Série

a) A Emissora, observado o disposto neste item e no item 17.3. da Cláusula Dezessete abaixo, poderá proceder à amortização antecipada, total ou parcial, em moeda corrente nacional, do valor nominal não

amortizado de Debêntures de uma ou mais Séries de Debêntures em circulação (a “Amortização Antecipada de Série”), independentemente da respectiva Data de Emissão de Série, vedada a Amortização Antecipada de Série somente no período de 180 (cento e oitenta) dias após, conforme o caso, a Data de Emissão ou a respectiva Data de Emissão de Série.

b) A Amortização Antecipada de Série será feita em face do valor nominal não amortizado das Debêntures em circulação da Série, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis*, no prazo de 5 (cinco) dias contado da data de publicação de aviso aos Debenturistas (o “Aviso de Amortização Antecipada de Série”), se parcial, na proporção dos créditos dos Debenturistas da respectiva Série, apurada de acordo com os registros mantidos pelo Banco Mandatário no dia útil imediatamente anterior à referida data de publicação do Aviso de Amortização Antecipada de Série, observado o disposto no item XIV desta Cláusula Quinta.

c) O Aviso de Amortização Antecipada de Série será publicado no prazo de 5 (cinco) dias antes da data da Amortização Antecipada de Série e conterá as seguintes informações: (i) a Série e o respectivo valor da Amortização Antecipada de Série e (ii) o valor do prêmio a que fizerem jus os Debenturistas, que será pago na proporção dos seus créditos e cujo percentual será decrescente de 4% (quatro por cento) a 2% (dois por cento) do valor da Amortização Antecipada de Série, calculado *pro rata temporis*, tendo como termo inicial a primeira Data de Integralização da respectiva Série e termo final a respectiva Data de Repactuação ou, ainda, tendo como termo inicial uma Data de Repactuação de Série e termo final a Data de Repactuação imediatamente subsequente da respectiva Série ou, por fim, como termo inicial uma Data de Repactuação de Série e como termo final a Data de Vencimento.

d) Efetuada a Amortização Antecipada de Série, a Emissora interromperá a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis até que volte a atender ao respectivo Índice de Cobertura (conforme definido na alínea “a” do item 7.2. da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão), e deverá, observado o disposto no item 17.1. da Cláusula Dezessete desta Escritura de Emissão, destinar as Disponibilidades para a aquisição de DPLs, observado o disposto no Contrato de Promessa de Compra e Venda de DPL.

e) As Debêntures objeto de Amortização Antecipada de Série serão canceladas pela Emissora imediatamente após a conclusão da mesma.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DEVERES DOS ADMINISTRADORES PERANTE OS DEBENTURISTAS

6.1. Os administradores da Emissora deverão sempre conduzir os negócios sociais da companhia e cumprir suas obrigações com a diligência e correção que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei, do Estatuto Social,

das deliberações da Assembléia Geral de acionistas e (ii) dos deveres de diligência, lealdade e de informar aos Debenturistas, diretamente ou por meio do Agente Fiduciário, notadamente aqueles relativos à consecução do objeto social da Emissora e das atividades a este relacionadas, assim como os relacionados à salvaguarda da integridade dos direitos da comunhão dos Debenturistas, em especial o de tomar todas as providências com vistas à manutenção da integridade dos ativos da Emissora.

6.2. Sem prejuízo do cumprimento dos deveres legais a que estão obrigados nos termos dos artigos 153 a 158 da Lei nº 6.404/76, os administradores da Emissora se obrigam, por meio de Termo de Assunção de Obrigações firmado na data da assinatura desta Escritura de Emissão, em caráter irrevogável e irretratável, perante a comunhão dos Debenturistas, a:

- a) não obstar ao Agente Fiduciário, diretamente ou aos prestadores de serviços por este indicados, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para a Emissora, o acesso a todas as informações,
- b) documentos e registros necessários à verificação do estrito cumprimento, pelos administradores, do disposto no artigo 3º e seu parágrafo único do Estatuto Social, assim como das demais atividades relacionadas à consecução do objeto social da Emissora;
- c) comunicar, tempestivamente, ao Agente Fiduciário quaisquer eventos que, a seu juízo, possam alterar o nível de segurança e credibilidade das rotinas e procedimentos de responsabilidade do Banco nos termos do Contrato de Prestação de Serviços, assim como a capacidade de solvência da Emissora.
- d) zelar para que a Emissora faça com que sejam elaborados, pelo Banco, os relatórios a que se refere (i) o Contrato de Prestação de Serviços e (ii) o artigo 13 do Estatuto Social;
- e) zelar para que a Emissora faça com que sejam elaborados, pela Empresa de Auditoria (conforme abaixo definido), os relatórios a que se referem (i) o item 7.9. da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão e (ii) o artigo 13 do Estatuto Social;
- f) acompanhar e fiscalizar os serviços prestados pelo Banco, de acordo com os termos do Contrato de Prestação de Serviços, zelando para que eventuais descumprimentos sejam evitados ou sanados tempestivamente;
- g) comunicar, imediatamente, ao Agente Fiduciário, por meio de notificação, e, ato contínuo, aos Debenturistas, mediante publicação de aviso, observado o disposto na Cláusula Quinze desta Escritura de Emissão, a ocorrência de quaisquer eventos e/ou situações que possam, no juízo razoável do homem ativo e probo, colocar em risco o exercício, pela Emissora, de seus direitos, prerrogativas, privilégios e

garantias decorrentes do Contrato de Cessão e do Contrato de Promessa de Compra e Venda de DPL ou que possam, direta ou indiretamente, comprometer os interesses da comunhão dos Debenturistas;

- h) não praticar qualquer ato em desacordo com (i) o Estatuto Social, (ii) os acordos de acionistas arquivados na sede da Emissora, (iii) o Contrato de Cessão e (iv) esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão dos Debenturistas;
- i) sujeito à existência de recursos financeiros disponíveis, observados o disposto na Cláusula Dezoito desta Escritura de Emissão e no § 2º do artigo 18 do Estatuto Social, não deixar de praticar os atos exigidos pelo Estatuto Social da Emissora, pelos acordos de acionistas arquivados na sede da Emissora, pelo Contrato de Cessão, pelo Contrato de Promessa de Compra e Venda de DPL e por esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão dos Debenturistas, assim como aqueles necessários à manutenção da boa ordem legal, administrativa e operacional da Emissora; e
- j) zelar e diligenciar para que a Emissora cumpra, integral e pontualmente, as obrigações (i) assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão, do Contrato de Promessa de Compra e Venda de DPL, dos acordos de acionistas arquivados em sua sede social e dos demais instrumentos contratuais firmados pela Emissora e (ii) as que se refere a Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Sem prejuízo das obrigações decorrentes da lei ou das normas da CVM, assim como das demais obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, obriga-se, adicionalmente, a fornecer ao Agente Fiduciário:

- a) cópias de todos os seus demonstrativos financeiros e/ou contábeis, auditados ou não, assim como de todas as informações periódicas e eventuais (incluindo as exigidas nos termos da Instrução CVM n.º 202/93, nos prazos ali previstos), relatórios, comunicados ou demais documentos que devam ser entregues à CVM, na data em que tiverem sido encaminhados, por qualquer meio, àquela autarquia;
- b) cópia, na data em que for encaminhado à publicação, de qualquer ato ou comunicado relativo à Emissão que venha a ser publicado pela Emissora, na forma da Cláusula Quinze desta Escritura de Emissão;
- c) a informação de que foi constituído o Fundo de Amortização, acompanhada de relatório contendo esclarecimentos sobre os motivos que deram causa à constituição do Fundo de Amortização, observado o disposto na alínea “a” do item XIII da Cláusula Quinta;

- d) no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer informação ou cópia de quaisquer documentos que razoavelmente sejam solicitados pelo Agente Fiduciário e que sejam considerados necessários ao esclarecimento ou de interesse da comunhão dos Debenturistas, que estejam em seu poder e, caso deles não estejam, adotar todas as providências para obtê-los, a fim de atender o disposto nesta alínea;
- e) cópias de todas as atas de reunião do Conselho de Administração e da Diretoria da Emissora e de seu Conselho Fiscal, quando instalado, 3 (três) dias após a realização das mesmas, acompanhadas de cópia do respectivo protocolo de pedido de arquivamento na JUCERJA, quando for o caso;
- f) cópia de qualquer notificação judicial, extrajudicial ou administrativa recebida pela Emissora, no máximo, no dia útil imediatamente posterior ao seu recebimento; e
- g) os comprovantes da liquidação financeira das obrigações de pagamento referentes às Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias contado da data de efetivação do referido evento, observado o que dispuser a respeito o Contrato de Prestação de Serviços.

7.2. Desde a primeira Data de Integralização até a Data de Vencimento a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, obriga-se a:

- a) manter a relação entre (i) os seus ativos contabilizados, incluindo o saldo do Fundo de Pagamento, líquido de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, e os valores utilizados pela Emissora para a cobrança das Duplicatas que excederem o Adiantamento de Despesas de Cobrança, deduzidos do valor dos Direitos Creditórios Permutáveis (conforme definido na alínea “a” do inciso IX da Cláusula Sexta do Contrato de Cessão), e (ii) o somatório do produto entre (A) o valor nominal não amortizado de cada Debênture de cada Série, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* e (B) o número de Debêntures em circulação da respectiva Série, em um nível não inferior ao respectivo índice de cobertura (o “Índice de Cobertura” ou, coletivamente, os “Índices de Cobertura”), estabelecido na tabela abaixo:

Índice de Cobertura	Percentual de Atraso Médio no Pagamento de Direitos Creditórios
115%	$A(\%) > 10\%$
113%	$8\% < A(\%) \leq 10\%$
111%	$6\% < A(\%) \leq 8\%$
110%	$A(\%) \leq 6\%$

- (i) Para fins de apuração do percentual de atraso médio a que se refere a tabela supra (o “Percentual de Atraso”), será considerado o período compreendido entre uma Data de Verificação e outra, exclusive esta (o “Ciclo de Vencimento” ou, em conjunto, os “Ciclos de

Vencimento”). O Percentual de Atraso será calculado a partir da Base de Dados (conforme definido na alínea “f” do item II da Cláusula Primeira do Contrato de Prestação de Serviços) mantida pelo Banco, de acordo com a seguinte expressão:

$$A(\%) = \frac{\sum_{i=1}^{i=4} DV_i}{D_t},$$

onde:

$A(\%)$ é o Percentual de Atraso;

DV_i é valor nominal dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos em cada Ciclo de Vencimento “i”; e

D_t é o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios vencidos nos últimos 4 (quatro) Ciclos de Vencimento imediatamente anteriores a cada Data de Ajuste do Índice de Cobertura (conforme definido no item (ii) abaixo).

- (ii) O Índice de Cobertura será, obrigatoriamente, de 115% (cento e quinze por cento) no período de 180 (cento e oitenta) dias contado da primeira Data de Integralização, devendo, após o decurso deste prazo, ser recalculado a cada período de 60 (sessenta) dias (a “Data de Ajuste do Índice de Cobertura”). A Data de Ajuste do Índice de Cobertura deverá sempre coincidir com uma Data de Verificação;

- b) a manter a relação entre (i) o valor dos Bens Empenhados (conforme definido no Contrato de Penhor) e (ii) o somatório do produto entre o (A) valor nominal não amortizado de cada Debênture de cada Série e (B) o número de Debêntures em circulação da respectiva Série em um nível equivalente a 10% (dez por cento).

7.3. Em cada Data de Verificação e/ou em cada Data de Ajuste do Índice de Cobertura, a Emissora obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a adotar os procedimentos estabelecidos na Cláusula Terceira do Contrato de Promessa de Compra e Venda de DPL com vistas ao ajuste do respectivo Índice de Cobertura.

7.4. A Emissora se obriga, ainda, em caráter irrevogável e irretratável, perante a comunhão dos Debenturistas, a:

- a) prestar ao Agente Fiduciário, diretamente ou aos prestadores de serviços por este indicados, todas as informações e permitir-lhes o acesso, a qualquer tempo, a todos os documentos e registros necessários à verificação do estrito cumprimento, pelos administradores, do disposto no artigo 3º e seu Parágrafo único do Estatuto Social da Emissora, assim como das demais atividades relacionadas à consecução do seu objeto social;
- b) fazer com que sejam elaborados, pelo Banco, os relatórios a que se refere o Contrato de Prestação de Serviços e encaminhá-los ao Agente Fiduciário no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado de seu recebimento;
- c) fazer com que sejam elaborados, pela Empresa de Auditoria, os relatórios a que se refere o item 7.14. da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão e (ii) o inciso IX do artigo 13 do Estatuto Social da Emissora e encaminhá-los ao Agente Fiduciário no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado de seu recebimento;
- d) comunicar, imediatamente, ao Agente Fiduciário, por meio de notificação, e, ato contínuo, os Debenturistas, mediante publicação de aviso, observado o disposto na Cláusula Quinze desta Escritura de Emissão, a ocorrência de quaisquer eventos e/ou situações que possam, no juízo razoável do homem ativo e probo, colocar em risco o exercício, pela Emissora, de seus direitos, prerrogativas, privilégios e garantias decorrentes do Contrato de Cessão e do Contrato de Promessa de Compra e Venda de DPL que possam, direta ou indiretamente, afetar negativamente os interesses da comunhão dos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- e) não praticar quaisquer atos em desacordo com (i) o Estatuto Social, (ii) os acordos de acionistas arquivados em sua sede, (iii) o Contrato de Cessão e (iv) a Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão dos Debenturistas;
- f) sujeito à existência de recursos financeiros disponíveis, observado o disposto na Cláusula Dezoito desta Escritura de Emissão, não deixar de praticar os atos exigidos pelo Estatuto Social, pelos acordos de acionistas arquivados em sua sede, pelo Contrato de Cessão e por esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão dos Debenturistas;
- g) zelar e diligenciar para que seus administradores cumpram, integral e pontualmente, as obrigações a que se refere a Cláusula Sexta desta Escritura de Emissão.

7.5. Não pagar dividendos, exceto os previstos no seu Estatuto Social, se houver qualquer valor devido e não pago, pela Emissora, aos Debenturistas.

7.6. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93 e das demais normas regulamentares pertinentes.

7.7. Manter ou fazer com que seja mantido em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos Debenturistas ou contratar com o Banco a prestação desse serviço.

7.8. Não realizar negócios e/ou operações (i) alheios ao seu objeto social definido no artigo 3º do Estatuto Social, (ii) que não estejam expressamente previstos e autorizados pelo Estatuto Social ou (iii) que não tenham sido previamente autorizados com a estrita observância dos procedimentos estabelecidos pelo Estatuto e/ou pelos acordos de acionistas arquivados na sede social da Emissora, sem prejuízo do cumprimento das demais disposições estatutárias, legais e regulamentares aplicáveis.

7.9. Contratar, observado o disposto no artigo 6º, § 4º do Estatuto Social, e manter, durante todo o prazo de vigência da Emissão, empresa de auditoria externa independente de renome internacional, registrada na CVM (a “Empresa de Auditoria”), bem como manter à disposição do Agente Fiduciário (i) os relatórios das auditorias realizadas e (ii) cópias de quaisquer comunicações enviadas pela Empresa de Auditoria à Emissora e/ou aos seus administradores e das respectivas respostas, em especial as referentes ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora;

7.10. Manter em estrita ordem a sua contabilidade e efetuar os respectivos registros de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade do Brasil, assim como permitir ao Agente Fiduciário (ou a prestador de serviços por este contratado), o acesso aos livros e demais registros contábeis da Emissora;

7.11. Manter:

- a) válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao regular funcionamento da Companhia, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto;
- b) na forma exigida pela Lei nº 6.404/76, da legislação tributária e demais normas regulamentares, em local adequado e em perfeita ordem seus livros contábeis e societários regularmente abertos e registrados na JUCERJA; e
- c) em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal.

7.12. Incluir no Contrato de Prestação de Serviços com o Banco as seguintes obrigações e restrições:

- a) o Banco deverá fornecer à Empresa de Auditoria, sempre que solicitado e sem qualquer custo adicional para a Emissora, cópias de seus registros de dados relativos às contas a receber e contas a pagar da Emissora;
- b) o Banco deverá tornar disponível ao Agente Fiduciário acesso *on-line real time* às contas correntes mantidas pela Emissora no Banco; e
- c) o Banco deverá notificar a Emissora de sua intenção de resilir o Contrato de Prestação de Serviços com, no mínimo, 6 (seis) meses de antecedência da data de rescisão.

7.13. Incluir no Contrato de Banco Mandatário a ser firmado com o Banco (quando referido na qualidade de banco mandatário e escriturador, na forma do Contrato de Banco Mandatário, o “Banco Mandatário”), cláusula prevendo que (i) o Banco Mandatário (ou seu sucessor) deverá prestar diretamente ao Agente Fiduciário as informações que vierem a ser solicitadas referentes às Debêntures e aos pagamentos efetuados pela Emissora aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão e (ii) em caso de rescisão do Contrato de Banco Mandatário por iniciativa do Banco Mandatário (ou de seu sucessor), o Banco Mandatário (ou seu sucessor) deverá continuar a prestar os serviços para os quais foi contratado até que (A) uma instituição substituta seja escolhida pela Emissora e aprovada pelo Agente Fiduciário, observado o disposto no artigo 6º, § 4º do Estatuto Social e (B) a instituição substituta comprometa-se a prestar tais serviços, de acordo com os termos e condições do Contrato de Banco Mandatário, e substitua efetivamente o Banco Mandatário na prestação dos serviços.

7.14. Quando da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços, contratar a preparação, pela Empresa de Auditoria, de relatórios trimestrais pormenorizados a serem enviados à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) dias contado do término do trimestre respectivo, atestando o cumprimento e observância, pelo Banco (ou pelo seu sucessor), das rotinas operacionais e demais procedimentos definidos no Contrato de Prestação de Serviços no mês imediatamente anterior.

7.15. Notificar o Deutsche Bank (Cayman) Limited (o “Trustee”) de que (i) todas as obrigações referentes às Debêntures foram devidamente pagas pela Emissora e (ii) a Emissora foi devidamente liquidada e extinta. Esta notificação deverá ser enviada em até 30 (trinta) dias após a ocorrência destes eventos, via fac-símile ou e-mail, para o seguinte destinatário: Deutsche Bank (Cayman) Limited - Att. Mr. John Cullinane (00XX1-345-949-5223/8178) ou pelo e-mail john.cullinane@db.com. O original transmitido via fac-símile deve ser remetido, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, para o mesmo destinatário, no seguinte endereço: Elisabethian Square, P.O. Box 1984 GT, George Town, Grand Cayman Islands, British West Indies. A obrigação a que refere este item permanecerá em vigor mesmo após o pagamento e liquidação de todas as obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA OITAVA - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. A Emissora, neste ato, nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, que, nos termos aqui estabelecidos e na melhor forma de direito, aceita a nomeação, declarando:

- a) aceitar a função que lhe foi conferida, para, nos termos da lei, das normas da CVM e das cláusulas e condições desta Escritura de Emissão, representar e defender os interesses da comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, assumindo, outrossim, integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura de Emissão;
- b) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas nos artigos 9º, inciso II, e 10, da Instrução CVM nº 28/83, observado o item 8.2. abaixo; e
- c) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida.

8.2. A titularidade da ação preferencial classe A, pelo Agente Fiduciário, se dá apenas como consequência do exercício de suas funções como representante da comunhão dos Debenturistas, e qualquer direito decorrente de sua condição de acionista será exercido somente em prol dos interesses da comunhão dos Debenturistas.

8.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura de Emissão, observado o disposto na Cláusula Décima.

CLÁUSULA NONA - DA REMUNERAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) o Agente Fiduciário fará jus ao recebimento de uma remuneração anual de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), sendo a primeira parcela devida e paga na primeira Data de Integralização e as demais a cada período de 12 (doze) meses contado da data prevista para o pagamento da parcela imediatamente anterior até a Data de Vencimento;
- b) a remuneração prevista no subitem “a” acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures ou no caso de adoção, pela Emissora, do procedimento a que se refere o item XIII da Cláusula Quinta desta Escritura de Emissão;

- c) a remuneração definida na letra “a” acima será atualizada, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo;
- d) a remuneração tratada no presente item não inclui as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário com publicações, transportes, alimentação, viagens e estadias, que somente serão reembolsadas pela Emissora mediante apresentação dos respectivos comprovantes (que sejam os aceitos pela legislação fiscal para dedução de despesas, exceto no caso de despesas miúdas, que poderão ser comprovadas por meio de recibos simples) e desde que sejam razoáveis e estritamente necessárias ao exercício das funções e ao cumprimento dos deveres do Agente Fiduciário;
- e) em caso de mora no pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, os valores devidos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* até a data do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - SUBSTITUIÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1. O Agente Fiduciário poderá, a qualquer tempo, ser substituído em suas funções, sem que lhe sejam devidos, pela Emissora ou pelos Debenturistas, quaisquer valores a título de multa ou indenização, nos seguintes casos:

- a) por deliberação dos Debenturistas, nos termos do item 13.10. da Cláusula Treze desta Escritura de Emissão;
- b) em decorrência de renúncia pelo Agente Fiduciário ao exercício de suas funções; ou
- c) por ato da CVM.

10.2. No prazo máximo de 5 (cinco) dias contado da vacância do cargo ou da renúncia do Agente Fiduciário, o próprio Agente Fiduciário a ser substituído ou a Emissora deverá convocar assembléia dos Debenturistas, para deliberação e aprovação de um agente fiduciário substituto, observado o disposto no item 13.10. da Cláusula Treze desta Escritura de Emissão.

10.3. Em caso de renúncia, o Agente Fiduciário deverá permanecer no exercício de suas funções até que (i) uma instituição substituta seja escolhida pela Emissora e aprovada pelos Debenturistas, na forma do item 10.2. acima, e (ii) a instituição substituta assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário, nos termos desta Escritura de Emissão.

10.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado à margem do registro a que se refere a alínea “b” da Cláusula Segunda desta Escritura de Emissão.

10.5. Em caso de renúncia, o Agente Fiduciário se obriga a restituir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da efetivação da renúncia, a parcela da remuneração correspondente ao período entre a data da efetivação da renúncia e a do próximo pagamento, cujo valor será calculado *pro rata temporis* com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias.

CLÁUSULA ONZE - DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

11.1. São deveres do Agente Fiduciário, na qualidade de titular das ações preferenciais Classe A da Emissora:

- a) comparecer a todas as assembléias gerais de acionistas da Emissora para, observado o disposto (i) no artigo 5º e respectivos parágrafos e artigo 23 do Estatuto Social e (ii) na Cláusula Treze desta Escritura de Emissão, deliberar sobre qualquer alteração relativa aos seguintes dispositivos estatutários da Emissora:
 - (i) forma de constituição da sociedade (artigo 1º);
 - (ii) sede social e abertura de outros estabelecimentos e filiais (artigo 2º);
 - (iii) objeto social (artigo 3º e seu parágrafo único);
 - (iv) prazo de duração da sociedade (artigo 4º);
 - (v) capital social (artigo 5º e seus parágrafos);
 - (vi) administração da companhia (artigo 6º e seus parágrafos);
 - (vii) autorização para pedido de concordata ou autofalência (artigo 7º);
 - (viii) constituição, eleição e atribuições do Conselho de Administração (artigos 8º, 9º, 10º, 11 e 13);
 - (ix) constituição, eleição e atribuições Diretoria (artigos 14, 16, 17, 18, 19 e 20); e
 - (x) forma da convocação e competência das Assembléias Gerais (artigos 22, 23, 25, 26, 27 e 28).

b) exercer, observado o disposto nos itens 13.11. e 13.12. da Cláusula Treze desta Escritura de Emissão, o direito de voto em relação às seguintes matérias, nos termos do artigo 23 do Estatuto Social da Emissora:

- (i) a contratação e pagamento de despesas administrativas submetidas à sua aprovação (artigo 6º, §2º);
- (ii) a concessão de autorização para apresentação, pela Emissora, de pedido de concordata preventiva e/ou para a confissão de falência (artigo 7º);
- (iii) a forma estabelecida para a representação da companhia (artigo 18);
- (iv) competências da Assembléia Geral de Acionistas (artigo 23), quais sejam:
 - 1. abertura de contas correntes bancárias e/ou de investimento em nome da Companhia, além daquela prevista no instrumento a que se refere o inciso III do parágrafo 3º do artigo 6º do Estatuto Social, e a movimentação da referida conta;
 - 2. celebração de documentos, instrumentos ou compromissos outros que não os mencionados no parágrafo 3º do artigo 6º do Estatuto Social da Emissora que, de qualquer forma, gerem ou possam gerar obrigações e deveres para a Companhia;
 - 3. distrato, rescisão ou alteração de quaisquer instrumentos contratuais e/ou outros documentos firmados pela Emissora, seja como parte, seja como interveniente, a qualquer título;
 - 4. aquisição, seja a que título for, de qualquer ativo, móvel ou imóvel, tangível ou intangível, inclusive valores mobiliários de qualquer natureza, de emissão própria ou de outras sociedades, que não os especificamente autorizados no parágrafo 1º do artigo 17 do Estatuto Social da Emissora;
 - 5. criação de qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre quaisquer bens ou direitos de titularidade da Emissora, presentes ou futuros, tangíveis ou intangíveis, no todo ou em parte;
 - 6. alienação, cessão ou transferência, a qualquer título, seja a quem for, de quaisquer bens ou direitos de titularidade da Emissora, presentes ou futuros, tangíveis ou intangíveis, no todo ou em parte, salvo se expressamente autorizado no Estatuto Social;

7. celebração de qualquer acordo e/ou transação, seja de que natureza for, envolvendo qualquer bem, ativo, direito, obrigação, pretensão ou prerrogativa da Emissora, presente ou futuro, no todo ou em parte, incluindo, sem limitação, aqueles acordos ou transações que acarretem a desconstituição, substituição ou liberação de quaisquer garantias, reais ou fidejussórias, que tenham sido constituídas para assegurar o pagamento de quaisquer dos créditos da Emissora;
 8. declaração do vencimento antecipado, protesto ou o início de processo de execução judicial ou extrajudicial, de quaisquer dos direitos de titularidade da Emissora, especialmente dos Direitos Creditórios, bem como requerer falência dos devedores dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos;
 9. início de processo de execução judicial ou extrajudicial de garantias, reais ou fidejussórias, especialmente as prestadas em garantia do pagamento dos Direitos Creditórios;
 10. a outorga, criação ou constituição, pela Emissora de quaisquer garantias a terceiros, reais ou fidejussórias;
 11. pedido de concordata e a confissão de falência a que se refere o artigo 7º supra;
 12. contratação de prestadores de serviço; e
 13. procedimentos para dissolução, liquidação e extinção da sociedade;
- c) devolver a referida ação caso seja promovida a substituição do Agente Fiduciário; e
- d) assinar e cumprir o acordo de acionistas em que for parte.
- 11.2. São deveres do Agente Fiduciário, em adição aos previstos na legislação e regulamentação específica:
- a) acompanhar, para os fins do disposto na alínea “f” deste item 11.2., (i) diretamente ou por meio de prestadores de serviços por este indicados, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para a Emissora, e (ii) por meio dos relatórios referidos na Cláusula Décima do Contrato de Prestação de Serviços, (A) o processo de aquisição e de pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos do Contrato de Cessão, (B) a cobrança e pagamento das Duplicatas e (C) o pontual e integral cumprimento, pelas Cedentes, das obrigações assumidas nos termos do Contrato de Promessa de Compra e Venda de DPL;

- b) acompanhar, para os fins do disposto na alínea “f” deste item 11.2., (i) diretamente ou por meio prestadores de serviços por este indicados, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para a Emissora, e (ii) por meio do relatório preparado nos termos do inciso IX do artigo 13 do Estatuto Social da Emissora, o cumprimento das funções dos administradores previstas em lei, no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Emissora e nesta Escritura de Emissão;
- c) verificar com o Banco Mandatário, nas datas em que devam ser liquidados, o integral e pontual pagamento dos valores devidos aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- d) monitorar, diretamente ou por meio prestadores de serviços por este indicados, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para a Emissora, o cumprimento das funções atribuídas ao Banco Mandatário (ou por seu sucessor), nos termos e condições do Contrato de Banco Mandatário;
- e) acompanhar, por meio de relatórios periódicos preparados pelo Banco, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços, a situação do fluxo de caixa da Emissora;
- f) elaborar relatório bimestral, destinado aos Debenturistas, contendo (i) as informações previstas no inciso XVII do artigo 12 da Instrução CVM nº 28/83; e (ii) um resumo dos relatórios referidos na Cláusula Décima do Contrato de Prestação de Serviços, no artigo 13 do Estatuto Social da Emissora e no item 7.9. da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão. O relatório a que se refere este inciso deverá ser colocado à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado do encerramento de cada bimestre (i) na sede da Emissora; (ii) na sede do Agente Fiduciário; (iii) na CVM e (iv) nos escritórios do Coordenador e dos Membros do Consórcio constantes do Contrato de Colocação;
- g) monitorar o cumprimento, pela Emissora, das obrigações referentes ao procedimento de repactuação das Debêntures, conforme definido na Cláusula Doze desta Escritura de Emissão e na Cláusula Oitava do Contrato de Cessão;
- h) convocar assembléia geral dos Debenturistas sempre que, por determinação de acordos de acionistas arquivados na sede social da Emissora ou desta Escritura de Emissão, os acionistas titulares de ações preferenciais Classe A da Emissora tiverem de se manifestar sobre matéria de sua competência, sempre observado o disposto nos itens 13.11. e 13.12. da Cláusula Treze desta Escritura de Emissão;
- i) notificar o Trustee de que (A) todas as obrigações referentes às Debêntures foram devidamente pagas pela Emissora e (B) a Emissora foi devidamente liquidada e extinta. Esta notificação deverá ser enviada em até 30 (trinta) dias após a ocorrência destes eventos, via fac-símile ou e-mail, para o seguinte destinatário: Deutsche Bank (Cayman) Limited – Att. Mr. John Cullinane (00XX1-345-949-5223/8178) ou pelo e-mail john.cullinane@db.com. O original de documento transmitido via fac-símile ou via e-mail,

devidamente assinado, deve ser remetido, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, para o mesmo destinatário, no seguinte endereço: Elisabethian Square, P.O. Box 1984 GT, George Town, Grand Cayman Islands, British West Indies. A obrigação a que refere este item permanecerá em vigor mesmo após o pagamento e liquidação de todas as obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão;

- j) calcular, diariamente, o valor nominal não amortizado de cada Debênture e o valor dos Juros Remuneratórios, informando, quando solicitado, à Emissora, ao Banco Mandatário ou a quaisquer dos Debenturistas, o valor apurado na data da solicitação;
- k) informar imediatamente à SR Rating Ltda. e à Moody's Investor Services, empresas contratadas pela Emissora para proceder à classificação de risco das Debêntures ("Agências de Classificação de Risco"), ou quem as suceder no exercício destas funções, a ocorrência dos seguintes eventos:
 - (i) substituição da Empresa de Auditoria, do Banco, do Banco Mandatário ou dos prestadores de serviços contratados pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário que possam alterar o nível de segurança e credibilidade atribuído (i) aos controles e mecanismos de acompanhamento da consecução do objeto social da Emissora e (ii) à Emissão;
 - (ii) omissão de fatos e informações relevantes, bem como de dados relativos à Emissora, às Cedentes e/ou ao Banco, enquanto a Emissão estiver sob avaliação das Agências de Classificação de Risco;
 - (iii) a ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização, Eventos de Avaliação ou Eventos de Vencimento Antecipado;
 - (iv) descumprimento pela Emissora (1) do Estatuto Social, (2) dos acordos de acionistas arquivados na sede da Emissora, (3) do Contrato de Cessão e (4) desta Escritura de Emissão;
 - (v) a deliberação, a qualquer tempo, pelas Cedentes, tendo por objeto a reorganização societária, alienação ou dissolução de qualquer das Cedentes;
 - (vi) quaisquer outros eventos que, a juízo do Agente Fiduciário, possam alterar o nível de segurança e credibilidade atribuído aos controles e mecanismos de acompanhamento da consecução do objeto social da Emissora ou da prestação dos serviços pelo Banco, assim como a capacidade de solvência da Emissora;
 - (vii) a deliberação de nova Emissão de Série; e
 - (viii) celebração de aditamentos a quaisquer dos instrumentos contratuais relacionados à Emissão e analisados quando da classificação de risco das Debêntures.

- l) desde a primeira Data de Integralização até a Data de Vencimento, diretamente ou por meio de prestadores de serviços, verificar, para os fins do disposto no artigo 12, incisos XVII e XXIII, da Instrução CVM nº 28/83, o atendimento, pela Emissora, do Índice de Cobertura definido na alínea “a” do item 7.2. da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, assim como monitorar o cumprimento pela Emissora dos procedimentos estabelecidos no Contrato de Promessa de Compra e Venda de DPL e no Contrato de Penhor, para a manutenção e/ou o restabelecimento do Índice de Cobertura.

CLÁUSULA DOZE - DA REPACTUAÇÃO

12.1. No prazo de 105 (cento e cinco) dias antes de cada Data de Repactuação, o Conselho de Administração da Emissora, observado o procedimento definido na Cláusula Nona do Contrato de Cessão, deverá deliberar sobre as novas condições de remuneração da respectiva Série das Debêntures para o período compreendido entre uma e outra Data de Repactuação de cada Série ou entre uma Data de Repactuação e a Data de Vencimento (o “Período de Incidência”).

12.2. As condições de repactuação da respectiva Série das Debêntures serão comunicadas aos respectivos Debenturistas pela Emissora, por meio de aviso publicado, no máximo, em até 95 (noventa e cinco) dias antes de cada Data de Repactuação (o “Aviso aos Debenturistas”), observado o disposto na Cláusula Quinze desta Escritura de Emissão, do qual deverá constar o “S” e as demais condições que sejam estabelecidas para o próximo Período de Incidência da respectiva Série (as “Condições de Repactuação”).

12.3. Os Debenturistas que não aceitarem as Condições de Repactuação terão prazo improrrogável e decadencial de 5 (cinco) dias contados da data da publicação do Aviso aos Debenturistas, para manifestar, por intermédio da CETIP, ou diretamente à Emissora, para aqueles não vinculados à CETIP, a opção de vender, na Data de Repactuação, suas Debêntures à Emissora (as “Debêntures Não Repactuadas”). A manifestação de vontade dos Debenturistas em relação às Condições de Repactuação será irrevogável e irretratável e prevalecerá ainda que as Debêntures venham a ser transferidas a quaisquer terceiros posteriormente à referida manifestação. A não manifestação de discordância dos Debenturistas com as Condições de Repactuação, implicará, para todos os fins e efeitos de direito, na aceitação incondicional, pelos mesmos, das Condições de Repactuação.

12.4. Ressalvado o disposto no item XIII da Cláusula Quinta desta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a adquirir, na Data de Repactuação da respectiva Série, a totalidade das Debêntures Não Repactuadas, pelo valor nominal unitário de cada Debênture acrescido dos Juros Remuneratórios, observado o disposto no item XIV da Cláusula Quinta desta Escritura de Emissão.

12.5. A partir da data em que os recursos financeiros do Fundo de Pagamento atendam ao disposto na alínea “a” do item XVII da Cláusula Quinta desta Escritura de Emissão, a Emissora, sempre observado o disposto no item 17.1. da Cláusula Dezessete desta Escritura de Emissão, voltará a destinar as Disponibilidades única e exclusivamente ao pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, desde que o Contrato de Cessão, o Contrato de Promessa de Compra e Venda de DPL, o Contrato de Penhor e esta Escritura de Emissão, incluindo o respectivo Suplemento, tenham sido, se for o caso, devidamente aditados em consonância com as Condições de Repactuação.

12.6. As Debêntures Não Repactuadas adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, após a Data de Repactuação.

12.7. Os pagamentos aos Debenturistas, nas Datas de Repactuação, serão efetuados na forma definida no item XIV da Cláusula Quinta desta Escritura de Emissão.

12.8. A primeira data de repactuação da Primeira Série das Debêntures ocorrerá em 1º de junho de 2003 e as demais datas de repactuação da Primeira Série, assim como as datas de repactuação das demais Séries emitidas nos termos desta Escritura de Emissão serão definidas pelo Conselho de Administração da Emissora (as “Datas de Repactuação” e, no singular, a “Data de Repactuação”). As Datas de Repactuação poderão ser coincidentes ou distintas, desde que, nesta última hipótese, (A) haja um intervalo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias (1) entre duas Datas de Repactuação e (2) entre uma Data de Repactuação e a Data de Vencimento e (B) a Data de Repactuação de qualquer Série ocorra, no mínimo, 12 (doze) meses após a última Data de Repactuação da respectiva Série.

CLÁUSULA TREZE - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

13.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas. As deliberações tomadas pela assembléia dos Debenturistas aplicar-se-ão à totalidade das Debêntures, independentemente da Série.

13.2. A assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou (iv) pela CVM.

13.3. A assembléia instalar-se-á em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número.

13.4. A presidência da assembléia caberá, de acordo com quem a tenha convocado, respectivamente, (i) ao Agente Fiduciário; (ii) ao Presidente do Conselho de Administração da Emissora; (iii) ao Debenturista eleito pelos Debenturistas presentes ou (iv) àquele que for designado pela CVM.

13.5. Sem prejuízo do disposto no item 13.6. abaixo, a Emissora e/ou os Debenturistas poderão convocar representantes do Banco, da Emissora, da Empresa de Auditoria e/ou das Agências de Classificação de Risco ou quaisquer terceiros, para participar das assembléias, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

13.6. Independentemente de quem tenha convocado a assembléia de Debenturistas, o Agente Fiduciário e o Presidente do Conselho de Administração da Emissora (ou seu substituto nos termos do Estatuto Social) deverão comparecer a todas as assembléias e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

13.7. Observado o disposto no item 13.9. desta Cláusula, a cada Debênture corresponderá um voto, sendo admitida a constituição de mandatários, observadas as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do artigo 126 da Lei nº 6.404/76.

13.8. Ressalvado o disposto no item 13.10. desta Cláusula, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Debenturistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis da maioria dos Debenturistas presentes à Assembléia, salvo se outro quorum não for exigido por esta Escritura de Emissão.

13.9. Para efeito da constituição de quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da assembléia dos Debenturistas, serão excluídas as Debêntures que a Emissora eventualmente possua em tesouraria e as que sejam de titularidade das Cedentes e/ou de quaisquer de suas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, assim como por funcionários e administradores de quaisquer dessas sociedades.

13.10. Independentemente do disposto no item 13.8. desta Cláusula, as seguintes deliberações das assembléias dos Debenturistas dependerão dos votos favoráveis de:

- a) 90% (noventa por cento) dos titulares das Debêntures em circulação, para aprovação das matérias referidas na alínea “a(v)” do item XXI, ambos da Cláusula Quinta desta Escritura de Emissão;
- b) 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures em circulação, para a aprovação:
 - (i) do voto a ser proferido pelo Agente Fiduciário nas assembléias gerais da Emissora em relação às matérias referidas nas alíneas “a”, “b(ii)”, “b(iv)(10)” e “b(iv)(11)” do item 11.1. da Cláusula Onze desta Escritura de Emissão;

- (ii) de alteração de qualquer quorum de instalação e deliberação estabelecido nesta Escritura de Emissão;
- (iii) de alteração e/ou modificação das Cláusulas Quinta, Dezessete e Dezoito desta Escritura de Emissão; e

c) de titulares de mais da metade das Debêntures em circulação, para aprovação do voto a ser proferido pelo Agente Fiduciário nas assembléias gerais da Emissora em relação às matérias referidas nas alíneas “b(iv)(1) a (7)” e “b(iv)(12)” do item 11.1. da Cláusula Onze desta Escritura de Emissão.

13.11. O Agente Fiduciário convocará assembléia dos Debenturistas, a ser realizada, em primeira convocação, no prazo de 8 (oito) dias contados da publicação do primeiro anúncio de convocação e, em segunda convocação, imprerivelmente no prazo de 5 (cinco) dias contado da publicação do novo anúncio de convocação, para que os Debenturistas deliberem sobre o voto a ser proferido pelo Agente Fiduciário, na qualidade de titular da totalidade das ações preferenciais da Classe A, nos termos dos artigos 5º e 23 do Estatuto Social, observado o disposto no item 13.12. abaixo. A ordem do dia constante dos anúncios de convocação das assembléias de Debenturistas deverá indicar detalhadamente as matérias que serão objeto de deliberação e os respectivos quoruns para aprovação.

13.12. O voto a ser proferido pelo Agente Fiduciário, conforme definido no item 13.11. supra, será aquele determinado previamente pelos Debenturistas, observado o disposto no item 13.10.(b.ii) e 13.10.(c.ii) desta Cláusula.

13.13. Caso a assembléia de Debenturistas convocada para os fins dos itens 13.11. e 13.12. da presente Escritura de Emissão não venha, por qualquer motivo, deliberar sobre a ordem do dia, o Agente Fiduciário deverá votar contra a aprovação de todas as matérias da ordem do dia da respectiva assembléia de acionistas da Emissora.

13.14. Independentemente das formalidades previstas na lei e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a assembléia de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação.

13.15. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas de todas as Séries de Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à assembléia ou do voto proferido na respectiva assembléia de Debenturistas.

CLÁUSULA QUATORZE - DAS NOTIFICAÇÕES

14.1. Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

CHEMICAL TRUST S.A.

Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Sala 206

Condomínio Downtown, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro, RJ

At.: Diretor de Relações com Investidores

Fac-símile: 55 -21 - 493.4746

e-mail: chemicaltrust@bol.com.br

Com cópia para:

BANCO ITAÚ S.A.

End.: Rua Boa Vista, 185, 2º andar

CEP.: 01092-900 - São Paulo, SP

At.: Rosa de Fátima da Costa Machado / Aurélio Regiani Júnior

Fac-símile: 55 -11 - 237.4963

e-mail: rosa.machado@itau.com.br / aurelio.regiani-junior@itau.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

End.: Avenida das Américas, 3.333, salas 307 a 309

CEP.: 22.631-003 - Rio de Janeiro - RJ

At.: Maurício da Costa Ribeiro

Fac-símile: 55 -21 – 321.5969

e-mail: mrribeiro@pentagonotrustee.com.br

Para as Agências de Classificação de Risco:

SR Rating Ltda.
R. Geraldo Flausino Gomes, 42 / Cj. 121
CEP 04575-060 – São Paulo – SP
At.: Paulo Rabello de Castro
Fac-símile: 55-11 – 5505.6181
e-mail: srrating.sp@sti.com.br

Moody's Investors Service
99 Church Street
4th Floor
10007 New York, NY
At.: Brigitte Posch
Fac-símile: 001-212-553.0881
e-mail: poschb@moodys.com

14.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com “Aviso de Recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile (“*answer back*”), via e-mail ou por qualquer outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins aqui previstos, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile, e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica ainda que emitida pela parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

14.3. Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por e-mail deverão ser encaminhados para os endereços acima em 24 (vinte e quatro) horas após o envio da mensagem.

CLÁUSULA QUINZE - DAS PUBLICAÇÕES

Todos os atos e decisões decorrentes da emissão das Debêntures, que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados pela Emissora, na forma de aviso, no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou, na sua impossibilidade, em veículo semelhante de circulação nacional.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DA RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, quaisquer tolerâncias e/ou concessões recíprocas não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remição, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes dos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA DEZESSETE - DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS

17.1. A partir da primeira Data de Integralização até o pagamento de todas as Debêntures da Emissão, a Emissora obriga-se a utilizar os recursos (i) oriundos dos pagamentos dos Direitos Creditórios; (ii) decorrentes da integralização das Debêntures; (iii) da alienação dos bens, créditos e/ou direitos de sua titularidade e/ou (iv) ressalvado o disposto no item 17.3. abaixo, decorrentes da aquisição de DPLs, pelas Cedentes, nos termos do Contrato de Promessa de Compra e Venda de DPL, para atender às exigibilidades da Emissora, obrigatoriamente, na seguinte ordem:

- a) formação e manutenção até a Data de Vencimento de uma reserva monetária no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) (o “Saldo Mínimo de Caixa”), que poderá ser investida somente em aplicações financeiras de liquidez imediata;
- b) provisionamento do montante estimado das Despesas a serem incorridas pela Emissora no mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- c) pagamento das Despesas e, ainda, dos honorários de advogados e de todas as despesas (incluindo custas e despesas judiciais e verbas de sucumbência), observado o disposto na Cláusula Dezoito abaixo, incorridas pela Emissora na defesa de eventuais processos administrativos e/ou judiciais propostos contra a Emissora;
- d) reembolso do valor das despesas adiantadas à Emissora ou ao Agente Fiduciário pelos Debenturistas nos termos do item 9.1.(e) da Cláusula Nona e da Cláusula Dezoito desta Escritura de Emissão, acrescido de juros calculados com base na variação acumulada da taxa de juros flutuante, divulgada pela ANBID, publicada diariamente em jornais de circulação nacional e na Resenha da ANDIMA, para depósitos bancários a prazo, do tipo prefixado, mais negociado e de maior volume apresentado, capitalizada proporcionalmente desde a data do respectivo adiantamento até a data do efetivo reembolso;
- e) depósito de recursos no Fundo de Pagamento, observado o disposto nos itens XV a XVIII da Cláusula Quinta;

- f) pagamento (i) dos valores devidos aos Debenturistas, incluindo a Amortização Parcial ou (ii) pagamento aos Debenturistas do saldo dos recursos depositados no Fundo de Amortização, após o pagamento das verbas a que se referem as alíneas “a” a “d” deste item 17.1., nos termos do item XIII da Cláusula Quinta desta Escritura de Emissão, conforme o caso;
- g) pagamento do preço de aquisição das DPLs com vistas ao ajuste do respectivo Índice de Cobertura, observado o disposto na alínea “d” do item XXIV da Cláusula Quinta desta Escritura de Emissão e no item 3.7. da Cláusula Terceira do Contrato de Promessa de Compra e de Venda de DPL;
- h) pagamento da Participação nos Resultados aos titulares das DPLs, observado o disposto no Contrato de Prestação de Serviços;
- i) pagamento do Preço de Aquisição, observado o disposto no inciso II da Cláusula Sexta e na Cláusula Sétima do Contrato de Cessão; e
- j) pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção da Emissora, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades.

17.2. Se, por ocasião do recebimento de quaisquer quantias referentes ao pagamento dos Direitos Creditórios, assim como de quaisquer outras verbas devidas pela Emissora, não forem devidos quaisquer dos pagamentos referidos no item 17.1. desta Cláusula, a Emissora obriga-se a investir as quantias recebidas em títulos e/ou aplicações financeiras, seguindo os critérios de investimento estabelecidos no Artigo 17 do Estatuto Social, de forma a que esses investimentos se vençam em datas compatíveis com as datas de pagamento das exigibilidades referidas no item 17.1. desta Cláusula.

17.3. Os recursos recebidos pela Emissora a título de pagamento, pelas Cedentes, do preço de aquisição das DPLs, a serem utilizados pela Emissora, nos termos do item 4.3. da Cláusula Quarta do Contrato de Promessa de Compra e Venda de DPLs, no pagamento dos valores devidos aos Debenturistas pela Amortização Antecipada de Série, não estarão sujeitos à ordem de aplicação de recursos referida no item 17.1. acima.

CLÁUSULA DEZOITO - DOS CUSTOS REFERENTES À COBRANÇA DOS ATIVOS DA EMISSORA

18.1. Com exceção do Adiantamento de Despesas de Cobrança, recebido pela Emissora nos termos do inciso I da Cláusula Quatorze do Contrato de Cessão, todos os custos e despesas incorridos pela Emissora para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial das Duplicatas e dos demais créditos devidos à Emissora que excederem o valor do Adiantamento de Despesas de Cobrança serão de inteira responsabilidade da Emissora, não estando as Cedentes, de qualquer forma, obrigadas pelo adiantamento ou pagamento à Emissora dos valores excedentes ao Adiantamento de Despesas de Cobrança.

As Cedentes não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que a Emissora venha a iniciar em face de terceiros ou das Cedentes, os quais deverão ser custeados pelos Debenturistas, observado o disposto no item 18.2. desta Cláusula. O disposto neste item não se aplica ao pagamento das custas e despesas judiciais e das verbas de sucumbência em que qualquer uma das Cedentes porventura venha a ser condenada a pagar em eventuais processos judiciais movidos pela Emissora, visando o recebimento de créditos devidos por qualquer das Cedentes, nos termos do Contrato de Cessão.

18.2. Caso o valor do Adiantamento de Despesas de Cobrança não seja suficiente para cobrir as despesas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas da Emissora e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial das Duplicatas e dos demais créditos de titularidade da Emissora, esta, observado o disposto no § 2º do artigo 18 do Estatuto Social, utilizará todos os recursos disponíveis, até o limite dos seus ativos, para proceder à referida cobrança.

18.2.1. As despesas adicionais relacionadas com tais procedimentos deverão ser previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em assembléia, e, após, por eles adiantadas à Emissora, na proporção de seus créditos (apurada de acordo com o disposto na parte final da alínea “b” do item XIII da Cláusula Quinta desta Escritura de Emissão), na data da respectiva aprovação. A Emissora reembolsará os valores adiantados pelos Debenturistas por meio dos procedimentos referidos no item XIII da Cláusula Quinta e observado o disposto na Cláusula Dezessete, ambas desta Escritura de Emissão.

18.2.2. Fica, desde já, estabelecido que, após esgotados os ativos da Emissora e observada a manutenção da boa ordem legal, administrativa e operacional da Emissora, nenhuma medida judicial e/ou extrajudicial será por esta iniciada ou mantida antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere este item e (ii) da assunção, pelos Debenturistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que a Emissora venha a ser condenada. Os administradores da Emissora não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofridos pela Emissora e por seus acionistas e/ou por qualquer dos Debenturistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pela Emissora, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, caso os Debenturistas não aportem os recursos suficientes para tanto.

18.3. As despesas a que se refere o item 18.2. da Cláusula Dezoito desta Escritura de Emissão incluem, entre outras, (i) as despesas com a contratação de serviços de auditoria, assessoria legal, fiscal, contábil e de outros especialistas; (ii) as custas judiciais, emolumentos e demais taxas e despesas incorridas em decorrência dos procedimentos judiciais propostos pela Emissora, objetivando salvaguardar, cobrar e/ou executar os créditos de sua titularidade; (iii) despesas com viagens e estadias incorridas pelos administradores da Emissora e/ou pelos prestadores de serviços eventualmente contratados pela Emissora, desde que relacionados com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e/ou cobrança dos créditos da

Emissora e/ou (iv) eventuais indenizações, multas, despesas e custas incorridas em decorrência de eventuais condenações (incluindo verbas de sucumbência) em ações judiciais propostas pela Emissora.

18.4. Todos os pagamentos devidos pelos Debenturistas à Emissora nos termos do item 18.3. desta Cláusula deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e de forma que a Emissora receba as verbas devidas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que a Emissora possa honrar integralmente suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CLÁUSULA DEZENOVE - DAS INDENIZAÇÕES

19.1. O ato de subscrição das Debêntures implica no reconhecimento por cada um dos Debenturistas, que a aprovação dos procedimentos a que se refere o item XIII da Cláusula Quinta desta Escritura de Emissão, os obriga, desde já, em caráter irrevogável e irretratável e na proporção de seus créditos, a indenizar os administradores da Emissora por quaisquer danos e/ou prejuízos que venham a sofrer a qualquer tempo em decorrência exclusiva de sua atuação na execução dos procedimentos a que se refere o item XIII da Cláusula Quinta desta Escritura de Emissão, desde que tais danos ou prejuízos decorram exclusivamente do cumprimento, pelos administradores, dos procedimentos aprovados pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, salvo se decorrentes de ato doloso ou culposo do respectivo administrador.

19.2. A indenização a que se refere o item 19.1. desta Escritura de Emissão será devida no 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do trânsito em julgado da decisão condenatória, sendo certo, entretanto, que todas e quaisquer despesas incorridas e pagamentos que tenham que ser efetuados pelos administradores da Emissora durante o curso do respectivo processo judicial ou administrativo, inclusive aqueles referentes a honorários advocatícios, custas, emolumentos judiciais e demais despesas incorridas pelos administradores em decorrência de tais processos, deverão ser imediatamente reembolsados pelos Debenturistas.

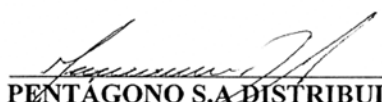
19.3. Os administradores da Emissora não poderão, em hipótese alguma, assinar qualquer tipo de acordo judicial ou extrajudicial em relação aos processos e procedimentos a que se refere o item 19.1. desta Escritura de Emissão sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas a que se refere o item 19.1. desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA VINTE - DO FORO

Fica eleito o foro da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias porventura surgidas com relação a esta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam esta Escritura de Emissão a Emissora e, na qualidade de interveniente, o Agente Fiduciário e o Banco, em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 2 (duas) testemunhas que assinam abaixo.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2000.

 Junior Dias Costa Diretor	 Por: José Alexandre C. de Freitas Cargo: DIRETOR
CHEMICAL TRUST S.A.	
 MAURÍCIO DA COSTA RIBEIRO DIRETOR	 Por: Marco Aurélio Machado Ferreira Cargo: PROCURADOR
PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	
 Luiz Eduardo Zago Diretor Gerente	 Por: Alfredo Egydio Setubal Cargo: Vice-Presidente Executivo
BANCO ITAÚ S.A.	

Testemunhas:

1. _____

Nome:

RG:

2. _____

Nome:

RG:

9º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

RIO DE JANEIRO
CAPITAL



9º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Av. Nilo Peçanha, 12
6º andar

AV. NÍLO PEÇANHA Nº 12 6º ANDAR

ESTE TÍTULO FOI REGISTRADO
COM O Nº(S) 6896 NA(S) MATRÍCULA(S) 15/02/2000

[Signature]

☐ Dr. ADILSON ALVES MENDES - Oficial Tabelião - RJ

☐ Dr. CÉSAR BEZERRA VIEIRA FERREIRA - 1º Oficial Substituto - RJ

☐ AVELINO DA CRUZ MACIEL - 2º Oficial Substituto - RJ

☐ VICENTE DEZERRA MEIRA FERREIRA - 3º Oficial Substituto - RJ

☐ GLÓRIA MARIA ROCHA DE OLIVEIRA - 4ª Oficial Substituto - RJ

☐ JOAQUIM SOARES - 5º Oficial Substituto - RJ

☐ FABIO VALDEVINO FERREIRA - 6º Oficial Substituto - RJ

☐ ELIANE DA SILVA ELIASSON - 7ª Oficial Substituto - RJ

9º RGI - Regimento de Custas Tabela V

Letra	1	R\$	Lei 3217/99	R\$	
Guia		R\$	Averbacao	R\$	
Mutua		R\$	Microfilmagem	R\$	
Protocolo Numero: 793327				Total	R\$

20.05.2000 2